

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM TECNOLOGIA: GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E**  
**FORMAÇÃO**

**VIVIANE MINATI PANZERI**

**EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE**  
**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR EM TURISMO**

SÃO PAULO  
JULHO – 2006

**VIVIANE MINATI PANZERI**

**EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE  
REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR EM TURISMO**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Tecnologia no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no Programa de Mestrado em Tecnologia: Gestão Desenvolvimento e Formação, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Roberto Espíndola

SÃO PAULO  
JULHO – 2006

**P199e Panzeri, Viviane**

Educação para sustentabilidade: reflexões sobre o ensino superior em Turismo / Viviane Panzeri. -- São Paulo, 2006.

109 f.

Dissertação (Mestrado) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2004.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Ensino superior - Turismo. I. Título.

CDU 378:577.4

“Dedico este trabalho àqueles que se comprometem com a educação, percebem a importância da sustentabilidade em todos os níveis e que com isso possam se tornar atores conscientes de seu papel na sociedade, doando seus conhecimentos em detrimento das gerações futuras.”

*“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver o Universo...  
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer.  
Porque eu sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da  
minha altura....”*

*Fernando Pessoa*

## RESUMO

PANZERI, V.M. **Educação para a sustentabilidade- reflexões sobre o Ensino Superior em Turismo**. 2006. 101f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2006.

O presente trabalho aborda aspectos importantes do Desenvolvimento Sustentável, do Turismo Sustentável, e um panorama sobre o Ensino Superior em Turismo . Analisa grades curriculares de cursos superiores de Bacharelado em Turismo da Região Metropolitana de Campinas, levando em conta as diretrizes do Ministério da Educação e especificidades das regiões onde estão alocadas as Instituições de Ensino Superior. Com fundamentação teórica e empírica nessa temática , a pesquisa incluiu as publicações da Organização das Nações Unidas, tendo sido também efetuado levantamento de um referencial bibliográfico em três idiomas – espanhol, inglês e português, e documentos de organismos internacionais sobre o impacto do Turismo no meio ambiente. Foi constatado na pesquisa realizada que a Região Metropolitana de Campinas tem a oferta de cursos superiores em turismo distribuída irregularmente. Alguns cursos carecem de ensino voltado para a sustentabilidade conforme a orientação da ONU e dos demais documentos referidos ao longo do trabalho.

Palavras-chave : Turismo – Desenvolvimento Sustentável – Educação Superior

## **ABSTRACT**

The present work approaches on Sustainable Development, Sustainable Tourism and Higher Education in Brazil, and analyzes curricular of undergraduate Bachelor programs in Tourism of the Metropolitan Region of Campinas, taking into account the guidelines of the Education State Department and specifics matters of the regions where the Undergraduate Education Institutions are based. With theoretical and practical fundament on this subject, the survey included the United Nations Organization publications and also a search of bibliographic references in several languages – Spanish, English and Portuguese, and documents of international organizations about the impact of Tourism in the environment. It was identified in the conducted survey that the Metropolitan Region of Campinas has an offer of bachelor's programs in tourism irregularly distributed. Some programs lack education regarding the sustainability according to the orientation of UN and the remaining documents referred along this work.

Key words: Tourism - Sustainable Development - Undergraduate- Higher Education

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro1: Número de aberturas de Cursos de Turismo no Brasil.....	59
Figura 1 : Mapa das vias de acesso da RMC.....	72
Quadro2: Oferta dos Cursos de Turismo na RMC.....	76



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - EMPÍRICA .....	14
2.1.Desenvolvimento e Sustentabilidade.....	14
2.2.Abordagens em Turismo Sustentável.....	32
2.3.Ensino Superior em Turismo.....	52
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	68
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	76
5. CONCLUSÕES .....	99
6.REFERÊNCIAS .....	103

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se da existência de diversos Cursos Superiores em Turismo na Região Metropolitana de Campinas, porém é questionável se as grades curriculares dos mesmos são condizentes com a realidade local e com as premissas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, em 2003, por ocasião da Conferência Internacional de Educação para um Futuro Sustentável, inserindo a temática para o Ensino Superior intitulado “ A década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável, de 2005 a 2014.”

Turismo é um crescente movimento e fenômeno social, econômico e cultural que envolve pessoas, normalmente inserido no ramo das ciências sociais. Apesar do forte componente econômico, verifica-se que o turismo transcende as esferas das meras relações da balança comercial. Segundo a Organização Mundial do Turismo-OMT (2005), cerca de 700 milhões de turistas viajam pelo mundo, movimentando mais de 500 bilhões de dólares por ano na economia mundial.

Em sentido mais amplo, o turismo é o maior dos movimentos migratórios da história da humanidade, e seu incremento responde a uma série de maiores ou menores necessidades do ser humano: de espaço, movimento, bem-estar, expansão e repouso, longe das tarefas impostas pelo cotidiano. Busca-se , assim, escapar da rotina, conhecer novos prazeres e descobrir novos horizontes.

Historicamente, o turismo atual surge após a Revolução Industrial, com o avanço tecnológico, que proporcionou a melhoria dos transportes e o desenvolvimento da economia, com uma preocupação maior com o bem-estar do ser humano, passando a ser também um complemento ao aprendizado.

Em geral, todo setor que revela um crescimento muito vertiginoso, costuma transferir diversos benefícios econômicos às nações, mas pode trazer, por outro lado, conseqüências negativas ao meio ambiente e ao bem-estar social. O setor de turismo é um dos que mais tem crescido nos últimos anos, gerando inúmeros

empregos diretos e indiretos, constituindo fonte captadora de divisas para os núcleos turísticos receptores.

Contudo, seu crescimento não foge à regra de implicar passivos sócio-ambientais, já que a natureza é, juntamente com a cultura e o patrimônio histórico, uma das matérias-primas mais relevantes da indústria turística. Apesar de ser considerado, por muitos, como “indústria sem chaminé”, o turismo é responsável por diversos impactos negativos nas localidades onde se instala e se desenvolve, decorrentes da indevida e mal planejada apropriação dos bens naturais, históricos e culturais dos povos.

Dada a sua importância em face da questão da sustentabilidade, o assunto vem ganhando espaço crescente em pesquisas, seminários e publicações. Tem sido uma constatação freqüente que a sustentabilidade é um conceito que envolve o longo prazo e que gera valor agregado por meio de lei de otimização, e não da maximização da renda, assegurando a inclusão e a coesão social e política num processo de desenvolvimento integrado e integral. A deteriorização do planeta vem sendo observada dia a dia, em decorrência da incorreta administração do espaço.

O turismo mal planejado, desordenado e predatório pode causar impactos negativos como: poluição atmosférica, aquática, sonora e visual; destruição de espécies animais e vegetais nativas; comprometimento no abastecimento de água, energia elétrica e outros recursos; esgotamento da capacidade de carga dos atrativos naturais.

Acredita-se que uma forma adequada de contribuir para o desenvolvimento sustentável seja instruir a população e conscientizá-la, o que pressupõe uma educação com forte foco na questão da sustentabilidade.

O desenfreado desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi acompanhado por uma expressiva oferta de Cursos Superiores de Turismo, como que pretendendo resolver a necessidade da população abster-se de tal neurose urbana, a procura de uma "fuga" do cotidiano caótico das cidades, preferencialmente, em busca de uma paisagem paradisíaca ou bucólica; no

entanto, pelos impactos desta busca ou pela falta de conhecimento em gerir os recursos naturais, está-se acabando com a possibilidade de nossos descendentes conviverem com o meio ambiente.

O planejamento da evolução do turismo com o enfoque do Desenvolvimento Sustentável apresenta-se como a hipótese de forma preventiva ideal para proteção dos meios visitados, conservando a natureza e oferecendo conforto e satisfação ao turista, sem agredir a originalidade das comunidades respectivas.

O **Objetivo Geral** da pesquisa é identificar as especificidades dos conteúdos programáticos de Cursos Superiores em Turismo na Região Metropolitana de Campinas, para análise de seus possíveis enfoques em direção à sustentabilidade.

Para isso os **Objetivos Específicos** estabelecidos são:

- identificar e analisar o referencial teórico sobre desenvolvimento sustentável e turismo;
- realizar pesquisa documental sobre a temática e suas contribuições para a sustentabilidade;
- promover a discussão sobre a formação superior em turismo e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Acredita-se que o presente estudo possa contribuir para um possível aprimoramento das estruturas curriculares vigentes na região da pesquisa, a partir da divulgação dos resultados obtidos.

*“As ciências só encontrarão seu eixo se fizerem o diálogo com o senso comum.”*

Boaventura Sousa Santos

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-EMPÍRICA

### 2.1 Desenvolvimento e Sustentabilidade

A sustentabilidade vem sendo considerada uma verdadeira ideologia, após o longo período sob o regime de exceção que caracterizou o País, de diálogo escasso para fundamentar conceitos que envolvem a população.

Freqüentemente, são ouvidas expressões do tipo “partido político ideológico”, “é preciso ter uma ideologia”, ou ainda, “falsidade ideológica”. Essas expressões costumam tomar a palavra *ideologia* para significar “conjunto sistemático e encadeado de idéias”, confundindo ideologia com ideário (Chauí, 2002).

Segundo esta mesma analista, o real e o total não são constituídos por coisas. A experiência direta e imediata da realidade leva a imaginar que o real é feito de coisas (sejam elas vindas da natureza ou da construção humana), isto é, de objetos físicos, psíquicos, culturais, oferecidos à percepção e às vivências. O real é constituído de idéias, ou representações das coisas, e os significados que as diversas culturas lhes atribuíram .

Em sociedades divididas em classes, nas quais uma delas explora e domina as outras, surgem idéias e explicações do real como relações de causa e efeito. Essas representações são, em geral, difundidas pela classe dominante para assegurar seu poder político, econômico e social.

Essas idéias usualmente são ocultadas a respeito de como foram produzidas as relações sociais , a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política que produzem as experiências sociais e seus sentimentos. A esse ocultamento, denomina-se ideologia, e, por seu intermédio, a ética toma corpo e se transforma em prática (Chauí, 2002), produzindo ações que atingem toda a sociedade.

Ao se denominar um modelo de desenvolvimento pelo adjetivo “econômico” e ao se conotar uma sociedade como de “consumo”, está-se também aferindo suas formas condicionadas de interagir no meio circundante. É inegável que a sociedade industrial veio proporcionar uma forma de agir, com divisões em classes sociais, tendo contribuído para suas especializações, assim como para a melhoria da condição de vida humana, aumentando sua longevidade. Contudo, na sociedade pós-industrial atual cujas formas de distribuir emprego e salário não encontram na indústria suas principais fontes, o homem que nela vive também se ressentido da necessidade de mudanças.

Isto posto, para que se “construa a cultura da sustentabilidade” como ideologia distante das utopias marxistas ou capitalistas, há que se observar alguns elementos essenciais, que segundo Russo (2006), são:

- Sólida consciência social em relação ao direito a um ambiente saudável e produtivo.
- Reconhecimento universal quanto ao valor da biodiversidade biológica, de heterogeneidade cultural e do pluralismo político.
- Respeito e ética.
- Elevação da qualidade de vida e inclusão social.
- Incorporação de uma dialética que não apenas opõe, mas que aproxima o particular do universal, o local do global, o individual e o coletivo.
- Cidadania e seu saudável exercício.

O estudo e a compreensão dos fatores econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e ambientais que acompanharam a história do homem possibilitam reflexão sobre os diferentes modelos de desenvolvimento adotados e as direções a serem priorizadas neste terceiro milênio. A descoberta do fogo, a prática da agricultura, a domesticação dos animais, o transporte pelas águas, a Revolução Industrial e a era da informática são alguns exemplos de etapas no desenvolvimento da história do homem.

O crescimento populacional mundial observado no último Século, quando associado ao pico na taxa de consumo de recursos naturais e ao processo

acelerado de urbanização, principalmente em Países em desenvolvimento, resultou no aumento dos índices de poluição urbana e modificações ambientais de ordem global, como o aceleração do efeito estufa, redução da camada de ozônio e redução significativa da biodiversidade.

Ainda segundo Russo (2006), estima-se que em 2025 a população mundial chegue a 10 bilhões de habitantes. Dessa forma, o atendimento das necessidades básicas de todo o contingente humano exigirá cada vez mais a utilização de recursos do meio ambiente, alterando a maior parte dos ecossistemas. As modificações ambientais decorrentes do processo de ocupação dos espaços e da urbanização, que vêm acontecendo em escala global, ocorrem em taxas incompatíveis com a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais, resultando em esgotamento de recursos naturais e poluição dos ecossistemas.

Segundo Godfrey & Clarke (2000), diversos estudos revelam que as modificações ambientais impostas pelo desenvolvimento, pelos atuais padrões de consumo e de produção das sociedades, alteraram significativamente os ambientes naturais, poluindo o meio ambiente, consumindo recursos naturais sem critérios adequados, aumentando o risco de exposição a doenças e atuando negativamente na qualidade de vida da população.

A ciência que estuda as relações do ambiente é chamada Ecologia. Este nome foi criado pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, e tem origem na junção das palavras gregas *oikos*, que significa casa, e *logos*, que quer dizer estudo ou ciência; ecologia é, portanto, o estudo da casa, habitação, ou habitat.

Entende-se por ecologia o estudo dos ecossistemas. Segundo Philippi Jr & Malheiros (2005), ecossistema é um conjunto de fatores bióticos e abióticos em interrelação dos organismos vivos e o ambiente físico, com a formação de um fluxo de energia e uma ciclagem de materiais entre as partes viva e não viva. Rushmann (1997) toma por meio ambiente a biosfera (rochas, água e ar), que contém os diversos ecossistemas conhecidos.

No entanto, atualmente a ecologia carrega um valor mais significativo na sociedade do que na época de sua implantação, como disciplina da área de Biologia, em 1866. De acordo com Kanni (2002), a ecologia tem consigo a força da mudança similar à tecnologia, sendo a única fonte de informação do meio ambiente do passado, presente e das projeções para o futuro. Em vista da crescente e grave ameaça que paira sobre os recursos naturais em todo o mundo, surgiu nas últimas décadas uma grande preocupação de cunho preservacionista, que culminou em grandes reuniões planetárias, tal como a Conferência Das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Nesta Conferência foi assinada a Convenção sobre Diversidade Biológica, importantíssimo documento sobre a temática preservacionista, que, em seu artigo 2º, define biodiversidade ou diversidade biológica como a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Seu estudo, conforme Santos (2002), tem importância direta para a preservação ou conservação das espécies, pois entendendo a vida como um todo, haverá mais condições de preservá-la. Sua condição é de fundamental importância para o desenvolvimento, de maneira que o aproveitamento dos recursos biológicos ocorra de maneira menos prejudicial à natureza, conservando-a o mais possível, permitindo a harmonia entre o desenvolvimento das atividades humanas e a preservação, conduzindo à idéia de desenvolvimento sustentável.

A biodiversidade é de importância vital na medida em que a vida no planeta e os meios de sobrevivência são dependentes dela. É uma extraordinária fonte de recurso alimentar e energético que pode ser plenamente utilizada pelo homem, o que praticamente não acontece. Segundo Kraemer (2005), o Brasil é o País de maior diversidade de vida, possuindo entre 10 e 15% de toda a biodiversidade do planeta. Com isso, a conservação da diversidade biológica deixa de ser abordada unicamente sob o seu aspecto da proteção das espécies e dos ecossistemas



ameaçados. Ela passa a ser considerada um elemento fundamental do progresso na via do desenvolvimento sustentável.

A Teoria de Gaia foi apresentada em 1969 pelo pesquisador britânico James Lovelock, afirmando que o planeta Terra é um ser vivo. A teoria diz que a biosfera é capaz de gerar, manter e regular suas próprias condições de meio ambiente, ou seja, propõe que é a vida do Planeta que gera condições para a sua própria sobrevivência, e não o contrário, como as teorias tradicionais sempre vinham sugerindo. (Lovelock,2006).

Em 2006, James Lovelock, publicou a continuação dessa teoria para explicar os fenômenos que vêm ocorrendo no Planeta, como tsunamis, maremotos, terremotos, furacões, tornados, elevação do nível do mar e temperaturas. Segundo o pesquisador, exatamente pelo fato de o planeta Terra ter vida, e vem sofrendo com o desmatamento, a poluição e a destruição em massa, causados pelo homem moderno. Ainda segundo o autor, esses fenômenos constituem uma “revanche” do Planeta, ou uma vingança pelos atos cometidos contra a natureza.

O termo sustentável tem origem no latim *sustentare*, que significa sustentar, aguentar, resistir, amparar ou conservar. Sustentável é tudo que é capaz de ser suportado ou mantido.

A Constituição Brasileira de 1988 é bastante atual no que se refere à inserção do conceito de desenvolvimento sustentável :

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1989).

A complexidade da questão da sustentabilidade aumenta a necessidade e importância de ações de todos os setores da gestão do meio ambiente para a busca de soluções integradas e sustentáveis.

O termo desenvolvimento está associado a progresso, crescimento, melhoria de qualidade de vida. Contudo, para tudo isso ocorrer, é necessário que haja um desenvolvimento econômico. Por ser muito forte esta ligação, a palavra desenvolvimento acaba, muitas vezes, sendo limitada ao aspecto econômico, prejudicando uma visão integrada da situação.

Desta forma, surgiu uma nova terminologia mais apropriada para um desenvolvimento mais holístico, chamado sustentável. O desenvolvimento sustentável não deve colocar em risco os sistemas naturais que permitem a vida na Terra: a atmosfera, a água, os solos e os seres vivos (Swarbrooke, 2000).

O crescimento econômico está relacionado ao aumento do PIB (Produto Interno Bruto) de uma comunidade. Já o desenvolvimento é diferente, pois, para que ele ocorra, é preciso que, além do aumento do PIB, também ocorra a distribuição da riqueza nas diversas áreas, como saúde, educação, cultura, habitação e infraestrutura. O desenvolvimento sustentável permite ver além dessa distribuição, uma vez que se preocupa com seus impactos sobre as próximas gerações. Segundo Capra (2002), em sua obra *O Ponto de Mutação*, o desenvolvimento sustentável é aquele que “satisfaz as nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”.

De acordo com Kanni (2002), na tentativa de dissociar o termo desenvolvimento dos fatores econômicos, erra-se ao restringir o significado da palavra, visto que, na prática, muitos projetos estão associando o desenvolvimento sustentável simplesmente à proteção ambiental. Se esta perspectiva não for modificada, em breve surgirá mais um termo para definir a mesma idéia, apenas com outro foco. Faz-se necessária, portanto, uma visão integrada sobre todos os aspectos do desenvolvimento, sem menosprezar ou supervalorizar nenhuma das vertentes.

No mundo atual, a percepção de que tudo afeta a todos, cada vez mais com maior intensidade e menor tempo para absorção, gerou o processo de redefinição, conceitual e pragmático – porque não há mais tempo a perder - do clássico desenvolvimento consumidor de recursos naturais, no qual o homem é incluído

como mero animal de produção, e levou à formulação do conceito de desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade envolve a idéia de manutenção dos estoques da natureza, ou a garantia de sua reposição por processos naturais ou artificiais, ou seja, requer olhar com cuidado a capacidade regenerativa da natureza. Para Moura (2000), o conceito de sustentabilidade deve estar ligado, em primeiro lugar, ao uso racional do recurso, evitando-se desperdícios e adotando-se processos de recuperação e reciclagens. Em segundo lugar, a sustentabilidade poderá ser buscada mediante desenvolvimento de novas tecnologias, procurando-se substitutos mais eficientes para os materiais esgotáveis.

Existem várias vertentes desse conceito: desenvolvimento social, econômico, ambiental, político e tecnológico. Para colocar esses conceitos em prática, Coelho (2002) diz que há pré-requisitos indispensáveis como:

- a) Democracia e estabilidade política;
- b) Paz;
- c) Respeito à Lei e à propriedade;
- d) Respeito aos instrumentos de mercado;
- e) Ausência de corrupção;
- f) Transparência e previsibilidade de governos;
- g) Reversão do atual da concentração de renda em esferas local e global.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, CMMAD (1991), o desenvolvimento sustentável pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, devendo ser encarado como um objetivo a ser alcançado por todo o mundo, enfatizando a importância da superação das disparidades entre países ricos e pobres como meio de alcance do sucesso. A busca do desenvolvimento sustentável exige mudanças nas políticas internas e internacionais de todas as nações, sendo fundamental a união de todos para se consegui-lo.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável, ainda segundo o CMMAD (1991), são o retorno ao crescimento e o combate à pobreza, que impossibilita as pessoas de satisfazerem suas necessidades básicas, além de utilizarem os recursos naturais de modo insustentável. Além do crescimento, é necessário que o desenvolvimento seja equânime, atenda às necessidades essenciais de emprego, alimentação - ou seja, necessidades humanas, o controle do nível populacional e a conservação e melhoria da base dos recursos, já que é muito mais dispendioso limpar o que já foi poluído do que preservar. É necessária uma mudança no estilo de vida dos países para que seja compatível com os recursos disponíveis, além de um empenho político que viabilize o desenvolvimento, a inclusão do meio ambiente e a participação dos cidadãos no processo decisório.

A base do desenvolvimento sustentável repousa num sistema de mercados abertos e competitivos nos quais os preços refletem, com transparência, os custos, incluindo os ambientais. No modelo da Comunidade Européia, a localidade, ao implantar o desenvolvimento sustentável, deve seguir 3 critérios, de acordo com Barros (2005):

- 1º.) Eficiência na utilização dos recursos naturais, que são a chave do negócio (Biodiversidade, patrimônio natural);
- 2º.) Respeito pelas características socioculturais locais (patrimônio cultural, hábitos e valores);
- 3º.) Benefícios socioeconômicos de longo prazo para todos, incluindo-se a criação de emprego, oportunidades de melhorar os rendimentos, serviços de apoio e a redução da pobreza.

Os principais desafios do desenvolvimento sustentável, são :

- a) Mudanças Climáticas;
- b) Segurança Alimentar;
- c) Congestionamento das áreas urbanas;
- d) Biodiversidade;
- e) Pobreza e Exclusão Social .

Sachs (2000) reelaborou o conceito de desenvolvimento sustentável, considerando-o como um ecodesenvolvimento, como um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos rurais e urbanos, oposto à diretriz tradicionalmente adotada nos países pobres, orientado pela busca de autonomia, e pela satisfação prioritária de necessidades básicas das populações envolvidas. A integração da dimensão do meio ambiente é pensada não apenas como uma espécie de coação suplementar, mas também na qualidade de um amplo potencial de recursos, utilizando-se de critérios de prudência ecológica.

O autor articulou quatro idéias essenciais ao enfoque do desenvolvimento sustentável. A primeira é a prioridade ao alcance de finalidades sociais, redirecionando o processo de crescimento econômico, visando ao alcance de objetivos sociais prioritários, traduzidos pelas suas necessidades materiais e psicossociais, como autodeterminação, participação política e auto-realização. A segunda é a valorização da autonomia, buscando um maior grau de controle dos aspectos cruciais do processo de desenvolvimento, mediante a ação da sociedade civil organizada, no âmbito local, microrregional ou regional, canalizando e maximizando os recursos disponíveis, num horizonte de respeito às suas tradições culturais e sem incorrer com isso em auto-suficiência ou isolacionismo. A terceira é a busca de uma relação de simbiose com a natureza, abandonando o padrão arrogante de relacionamento com o meio ambiente biofísico instaurado à luz do processo modernizador. A quarta é a eficácia econômica, situando a eficiência econômica como uma alternativa à racionalidade microeconômica dominante, no sentido de uma internacionalização efetiva da problemática dos custos sócio-ambientais do processo de desenvolvimento.

Pode-se, também, reagrupar estas idéias do desenvolvimento sustentável de maneira a conceituar mais adequadamente estratégias de um desenvolvimento socialmente mais justo, ecologicamente prudente e economicamente eficaz.

Sachs (2000) aponta ainda que o desenvolvimento sustentável deve ser implementado por uma metodologia de planejamento, como sendo um espaço de aprendizado social, equidistante tanto da tradição tecnicista quanto da assembleísta, materializando-se sobre uma síntese pedagógica.

É nesta ótica que o planejamento oferece um novo modelo para políticas governamentais, com estratégias concretas de intervenção corretivas, baseadas nos postulados interdependentes de eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica. Atribui, além disso, um novo critério de racionalidade social baseado na crítica ao efeito de externalização de custos sócio-ambientais, exercido pelo modelo puramente econômico, sobretudo quando este planejamento é participativo, com atores sociais, agentes e reagentes com uma visão contratual com o meio ambiente.

O planejamento participativo, de acordo com Barreto (2004), recupera a participação social da sociedade, de modo que o cidadão contribua na elaboração das ecoestratégias, desde a informação até a execução da ação proposta, transformando a sociedade civil num terceiro sistema, à medida que toma consciência de si mesma e começa a interpelar-se e a conhecer-se.

Segundo Sachs (2000), na elaboração das ecoestratégias do desenvolvimento, o planejamento trata de algumas dimensões de sustentabilidade, tais como as referidas a seguir:

- a) Sustentabilidade Social – trata da criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no *ser*, e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do *ter*, nos direitos e nas condições das amplas massas da população, reduzindo a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e mais pobres.
- b) Sustentabilidade Econômica - possibilita uma melhor alocação e gestão mais eficiente dos recursos e um fluxo regular do investimento público e privado. Esta eficiência é macrossocial, reduzindo os custos sociais e ambientais, bem diferente da lógica economicista.
- c) Sustentabilidade Ecológica – incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, autolimitando o consumo material pelas camadas sociais mais privilegiadas, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para uma adequada proteção ambiental.
- d) Sustentabilidade Espacial – é aquela voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada com ênfase nas seguintes questões: concentração excessiva

nas áreas urbanas, processos de colonização descontrolados, promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, industrialização centralizada, criação de empregos rurais não agrícolas e estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.

- e) Sustentabilidade Cultural – engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais e até mesmo a pluralidade das soluções particulares.
- f) Sustentabilidade Política – privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais, desde o âmbito local ao global.

O equilíbrio pretendido entre a atividade humana e o desenvolvimento e a proteção do ambiente exige uma repartição de responsabilidades eqüitativas e claramente definidas com relação ao consumo e ao comportamento em face dos recursos naturais. Isto, segundo Seabra (2001), implica a integração de considerações ambientais na formulação e implementação das políticas econômicas e setoriais, nas decisões das autoridades públicas, na operação e desenvolvimento dos processos de produção e nos comportamentos e escolhas individuais. Implica igualmente a existência de um diálogo real de parceiros que podem ter prioridades de curto prazo diferentes; tal diálogo terá de ser apoiado por informação objetiva.

Observa-se que o termo sustentabilidade faz refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento.

De acordo com Kanni (2002), foi na década de 60 que a situação de descaso às emissões poluentes começou a mudar, tendo o Clube de Roma divulgado um relatório denominado “Os Limites para o Crescimento”, no qual, por meio de simulações matemáticas, foram feitas projeções de crescimento populacional, poluição e esgotamento dos recursos naturais da Terra.

Outro acontecimento marcante para a questão ambiental foi a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, permanecendo a oposição entre meio ambiente e crescimento econômico mencionado no relatório anteriormente citado. Nesta Conferência, o Meio Ambiente foi definido como sendo o sistema físico e biológico global em que vivem o homem e outros organismos, um todo complexo com muitos componentes interagindo com seu interior. Esse evento foi a primeira iniciativa do gênero para examinar a questão de maneira global e coordenada na busca de soluções aos problemas existentes e definir linhas de ação para a problemática ambiental.

Foi, também, na década de 70, que surgiu formalmente a designação “Desenvolvimento Sustentável”, que admite a utilização dos recursos naturais de que se tem necessidade hoje, para permitir uma boa qualidade de vida, porém sem comprometer a utilização desses mesmos recursos pelas gerações futuras.

Em 1974, o economista Ignacy Sachs e sua equipe interdisciplinar, sediada no CIRED – Centre International de Recherche sur l’Environnement et le Développement, reelaboram a questão do ecodesenvolvimento, criada em Estocolmo em 1972, ampliando e diversificando seus horizontes.

Também na mesma época, segundo Kanni (2002), mais dois documentos tornaram-se relevantes ao desenvolvimento sustentável: a Declaração de Cocoyoc de 1974 e o Relatório *Que Faire*, apresentado no final de 1975 pela Fundação Dag Hammarskjold, por ocasião da 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas, que reutilizaram as idéias de Sachs e sua equipe, ainda sem menção explícita ao ecodesenvolvimento, empregando-se “um outro desenvolvimento” e “desenvolvimento sustentado”.

Na Alemanha, em 1978, surge o “selo ecológico”, destinado a rotular os produtos “ambientalmente corretos”, ou seja, aqueles que não envolvem o descarte indevido à natureza, como resíduos gerados no processo produtivo ou no seu emprego.



Ainda na mesma década , de acordo com Verdinelli (2002), foi colocado em evidência o problema da destruição progressiva da camada de Ozônio por gases. Estudos realizados alertaram a humanidade sobre esse problema global, que motivou o Tratado de Montreal, visando à eliminação do uso do clorofluorcarbonetos e a substituição por outros produtos. Passou a ser também exigida, nos Estados Unidos, a elaboração de Estudos de Impactos Ambientais (EIA), como pré-requisito à aprovação de empreendimentos potencialmente poluidores.

Na década de 80 surgiram , em muitos países, leis regulamentando a atividade industrial no tocante à poluição. Foi também formalizada a realização de Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (EIA-RIMA), com audiências públicas e aprovações dos licenciamentos ambientais em diferentes níveis de organizações do governo.

De acordo com Ferretti (2002), em 1982, Nairóbi, no Quênia, foi sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, com uma reunião comemorativa do 10º aniversário da Conferência de Estocolmo, quando se procedeu a avaliação dos resultados até então obtidos e um exame da mudança de percepção da problemática ambiental.

Um ano depois, em resposta a uma decisão da Assembléia Geral da ONU, foi estabelecida a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela norueguesa Gro Brundtland. O objetivo amplo foi reexaminar a questão ambiental, interrelacionando-a com a questão do desenvolvimento e propor programas de ação. Quatro anos depois elaborou-se o relatório final da Comissão, intitulado Nosso Futuro Comum, conhecido também como Relatório Brundtland. Para Dias(2003),desse relatório surge com mais força a expressão desenvolvimento sustentável, com intenção de despertar a conscientização pública e evidenciar a necessidade de um melhor gerenciamento do meio ambiente para sustentar o planeta Terra.

O relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, intitulado *Nosso Futuro Comum*, em 1987, trouxe à tona os diversos conflitos entre o interesse econômico e os limites de suporte dos sistemas ambientais. Elaborado a partir da contribuição de governos, instituições e pessoas de diferentes classes sociais de diversos países, ele expressa a preocupação mundial com os riscos da degradação ambiental e com a necessidade urgente do estabelecimento de novos parâmetros para o desenvolvimento, tendo como perspectiva a qualidade de vida, a proteção e melhoria do meio ambiente, que reconciliem as atividades humanas com a preservação da vida no planeta (CMMAD,1991).

Marco conceitual do novo paradigma, o relatório consagra o conceito de desenvolvimento sustentável, derivado da constatação de que o desenvolvimento em curso, calcado na visão estreita do crescimento econômico a qualquer custo, no consumismo, individualismo, desigualdade, assim como no tratamento da natureza como depósito de dejetos e fornecedor de recursos inesgotáveis, estava conduzindo a um caminho de autodestruição. Segundo Queiroz (2002), com o conceito, a noção de desenvolvimento humaniza-se e passa a incluir a preocupação com as futuras gerações. Enxergando o desenvolvimento sustentável como um processo, o documento preconiza a reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, de investimentos, das instituições e das leis, bem como a adoção de novos valores nos quais o respeito à equidade, à justiça, à vida prevaleçam. Ele traz ainda relevante contribuição ao demonstrar as implicações planetárias da problemática ambiental, o que coloca a necessidade de transformar a avaliação da sustentabilidade em prioridade no diálogo entre nações.

Nessas duas décadas (70 e 80), ainda segundo Queiroz (2002), ocorreram os desastres ambientais de Seveso, Bhopal, Chernobyl e Basel, colaborando para um dramático incremento da conscientização ambiental sobre a problemática em toda a Europa, seguida pelos Estados Unidos, cujo vazamento de petróleo do Valdez provocou intensa irritação popular.

De acordo com Callenbach & Capra (1993), os danos ambientais causados pelas catástrofes que ocuparam as manchetes recentemente são pequenos

quando comparados aos danos cumulativos, na maioria das vezes despercebidos, provocados por um enorme número de poluentes menores, a maioria deles em acordo com as regulamentações legais de seus países.

Na década de 80, difundiu-se rapidamente, em muitos Países europeus, a consciência de que os danos cotidianos ao ambiente poderiam ser substancialmente reduzidos por meio de práticas de negócios ecologicamente corretas. A Alemanha Ocidental, segundo Callenbach & Capra (1993), testemunhou uma explosão de produtos e serviços eco-favoráveis.

Os gastos com proteção ambiental nos anos 80 começaram a ser vistos pelas empresas líderes não primordialmente como custos, mas, sim, como investimentos no futuro e, paradoxalmente como vantagem competitiva.

Na década de 90, houve grande evolução em relação à consciência ecológica, tendo o termo qualidade ambiental passado a fazer parte do cotidiano das pessoas. O Rio de Janeiro, sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como Cúpula da Terra, Rio 92, ou Eco 92. Os documentos principais produzidos foram a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e Convenções sobre o Clima e sobre Biodiversidade (CMMAD, 1991).

Muitas das idéias e percepções do Relatório Brundtland foram discutidas na Rio-92, tais como: a Carta da Terra - uma declaração de princípios básicos a serem seguidos por todos os povos com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento, e a Agenda 21 - um plano de ação com as metas aceitas universalmente para o período pós - 1992 e entrando pelo Século 21.

De Estocolmo até a Rio-92 destacou-se a polarização desenvolvimentista, formada pela riqueza dos países desenvolvidos, ou industrializados do Norte e pela pobreza dos países em desenvolvimento ou do terceiro mundo, do Sul. Nesse evento foram introduzidos novos conceitos, como certificação ambiental, atuação responsável e gestão ambiental, que buscavam mudar a postura reativa que

marcava, até então, o relacionamento entre as empresas, de um lado, e os órgãos governamentais, de ordenamento, normalização, legislação e fiscalização e as instituições ambientais, notadamente as Ongs, de outro.

A partir da Conferência do Rio - a ECO 92, o conceito de desenvolvimento sustentável foi enriquecido com novas reflexões, firmando-se a noção de sustentabilidade ampliada e de sustentabilidade como um processo. A primeira promove a integração da Agenda Ambiental com a Agenda Social, enunciando a indissociabilidade entre os fatores sociais e os ambientais - apresenta a necessidade de se tratarem, concomitantemente, os problemas ambientais com aqueles relacionados à pobreza. A segunda proclama que a sustentabilidade não é um estado permanente, mas um processo que deve passar por revisões e adaptações impostas pelas respostas, dentro de uma visão sistêmica dos fenômenos que a envolvem.

Em 1996, um grupo internacional de pesquisadores do campo do desenvolvimento sustentável reuniu-se em Bellagio, na Itália, para avaliar o progresso mundial pós Rio 92, em relação às ações e pesquisas para a realização dos acordos estabelecidos. Segundo Hardi e Zdan (1997), apud Philippi Jr & Malheiros (2005) , neste evento, os pesquisadores definiram os dez princípios de Bellagio para o processo de desenvolvimento sustentável, que são:

1º. É necessário ter noção conceitual do desenvolvimento sustentável e suas metas.

2º. Fazer revisão no sistema atual; considerar o bem-estar dos subsistemas social, ecológico e econômico; considerar as conseqüências positivas e negativas das atividades humanas, sobretudo as reflexões do custo-benefício para os seres humanos e sistemas ecológicos.

3º. Considerar as questões de igualdade e disparidade entre a população atual e as gerações presentes e futuras, avaliando o uso de recursos, consumo e pobreza, direitos humanos, acesso aos serviços básicos, condições ecológicas e desenvolvimento econômico que contribuem para o bem-estar humano e social.

4º. Adotar o planejamento a longo prazo para abranger as escalas de tempo humano e dos ecossistemas naturais, respondendo às necessidades das futuras gerações; definir o escopo de trabalho abrangente o suficiente para que inclua os impactos locais, regionais e globais na população e ecossistemas, basear-se nas condições históricas e atuais para antecipar condições futuras.

5º. Utilizar uma estrutura organizacional que faça a interação do conceito, indicadores e critérios de avaliação; utilizar um número limitado de indicadores, padronizar medidas de modo a permitir comparações e conseguir uma sinalização mais clara do progresso.

6º. Os métodos e dados utilizados devem ser acessíveis a todos, assim como todos os julgamentos, valores assumidos, dados e interpretações devem ser explicitados.

7º. Ser projetado para atender às necessidades da comunidade e dos usuários; empregar indicadores e outras ferramentas que possam estimular a atenção dos governantes; utilizar simplicidade da estrutura e linguagem acessível.

8º. Obter representação efetiva da comunidade, profissionais em geral, grupos sociais e técnicos, de modo a garantir diversidade e reconhecimento dos valores utilizados.

9º. Desenvolver a capacidade de monitoramento para obtenção das tendências; ajustar os objetivos, estrutura e indicadores dos sistemas conforme os novos conhecimentos e idéias; promover a conscientização da sociedade.

10º. Indicar responsabilidades e obter prioridade no processo de gestão e decisão; prover capacidade institucional para coleta, manutenção e documentação dos dados; garantir e prover capacidade de avaliação local.

De 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Cúpula da Terra 2 (Rio+10), reuniu-se em Joanesburgo - África do Sul, de onde resultaram dois documentos: a Declaração

Política e o Plano de Implementação. A Declaração Política tem como título “O Compromisso de Joanesburgo por um Desenvolvimento Sustentável”, ressaltando o conceito de sustentabilidade como uma realidade, constando elementos-chave para a formação dos três pilares, portanto impossível de serem dissociados: econômico, meio ambiente e social; para o desenvolvimento sustentável esses elementos devem ser considerados igualmente (OMT, 2002).

O documento foi estruturado em seis grandes temas:

- a) Desde nossas origens até o futuro;
- b) Desde os Princípios do Rio até o Compromisso de Joanesburgo por um Desenvolvimento Sustentável;
- c) Os grandes problemas que devem ser resolvidos.
- d) O compromisso de Joanesburgo por um Desenvolvimento Sustentável.
- e) O multilateralismo é o futuro.
- f) Como lográ-lo.

O Plano de Implementação da Agenda 21 tem como objetivos supremos a serem alcançados: erradicação da pobreza, mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo e produção de recursos naturais.

Em 2003 , durante a Conferência Internacional das Nações Unidas, foi lançado o projeto de educação para a sustentabilidade no Ensino Superior. Com ele, as instituições de ensino terão 10 anos para implantar o desenvolvimento sustentável em sua rotina de ensino e administração. O documento intitula-se : A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, de 2005 a 2014. (Unesco, 2005).

A Organização das Nações Unidas ressalta, com isso, que os estudantes universitários devem ser sensibilizados e instruídos quanto às teorias da sustentabilidade, tornando-se seus agentes multiplicadores . Portanto, torna-se cada vez mais clara a importância da questão ambiental em qualquer discussão e também dentro dos debates da sociedade, enfatizando a consciência de preservação do meio ambiente e a evolução para a gestão da sustentabilidade.

Sintetizando, na sua essência, o conceito de desenvolvimento sustentável promove:

- a) a ampliação da visão de desenvolvimento: quando o define como mais do que o crescimento econômico;
- b) a permanência do desenvolvimento: quando insere a preocupação com as futuras gerações;
- c) a extensão do desenvolvimento: quando o apresenta como necessário em todos os países (implicações planetárias do desenvolvimento);

O processo de mudança para o desenvolvimento indica a necessidade de reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, dos investimentos, das leis e das instituições e a adoção de novos valores pela sociedade. A sustentabilidade ecológica é um elemento essencial dos valores básicos que fundamentam a mudança da globalização. Por isso, várias ONGs, institutos de pesquisa e centros de ensino pertencentes à nova sociedade civil global, segundo Capra (2002), escolheram a sustentabilidade como o tema específico de seus esforços. Com efeito, a criação de comunidades sustentáveis é o maior desafio dos tempos atuais.

Em 2006, a Organização das Nações Unidas publicou um documento sobre os impactos do turismo na região do Mediterrâneo. A pesquisa foi realizada por 300 especialistas e, segundo as previsões, em 2025, a região enfrentará um colapso ambiental motivado pelo aumento exacerbado da demanda turística. Atualmente a região recebe cerca de 175 milhões de turistas; para 2025, espera-se que essa quantidade dobre. Para tentar salvar a região, a ONU solicitou o diagnóstico e a sugestão de medidas, buscando evitar a catástrofe, pois essa região representa 7 % da biodiversidade marinha global, e diversos países acerca do Mediterrâneo dependem economicamente do turismo. (ONU,2006).

## **2. 2 Abordagens em Turismo Sustentável**

O turismo sustentável pode ser compreendido como uma tendência natural na segmentação do mercado. Para tal afirmação existem diversas justificativas, tais como: a procura da natureza pelo homem moderno devido ao caos urbano, a

procura de um possível regresso às origens, a procura de um momento de alienação em contraposição ao estresse diário das grandes metrópoles.

Apesar de se falar muito atualmente na temática, o estudo do turismo sustentável não é recente. Segundo Kanni (2002), começou a partir da década de 60, nos eventos da AIEST (Associação Internacional de Experts Científicos em Turismo): em 1965, sobre Problemas da Expansão Turística; em 1966, sobre Problemas teóricos e práticos da localidade turística, e, em 1971, sobre Turismo e Meio Ambiente. Outra referência da preocupação por parte da academia com o Turismo Sustentável foi o Congresso de Ecologia e Turismo do Mediterrâneo Ocidental em 1972, no qual ficou evidenciada a preocupação com a influência antrópica nas destinações litorâneas por meio da massificação turística. Desde então, o turismo sustentável vem sendo tema de debates, seminários, congressos e publicações.

Para Ruschmann (1997), no transcorrer do desenvolvimento do turismo apresentaram-se fases de seu relacionamento com o meio ambiente. A primeira fase foi a de descoberta do meio ambiente; num segundo momento, a proteção era tida como algo desnecessário; seguiu-se, então, uma rápida modificação e degradação do meio ambiente a partir do turismo de massa; a quarta fase foi a de reparação e renovação do turismo mediante a revalorização do meio ambiente, tendo como meta de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável e, posteriormente, o Ecoturismo.

Segundo Gastal & Moesch (2004), em turismo o conceito de sustentabilidade deve contemplar quatro desafios-chave:

- a) Uma compreensão melhor de como os turistas avaliam e usam os ambientes naturais;
- b) Aumento e impactos da dependência de comunidades em relação ao turismo;
- c) Identificação dos impactos sociais e ambientais do turismo;
- d) Implementação de sistemas para administrar esses impactos.



Etimologicamente, o termo turismo tem origem na palavra francesa *tour*, que significa viagem circular, derivada do latim *tornare*, que significa girar, arredondar.

O turismo pode ser definido como um conjunto de atividades socioeconômicas que provoca o deslocamento temporário de pessoas, ou grupos de pessoas, com uma ou diversas das seguintes finalidades: lazer, cultura, negócios ou saúde.

A definição de turismo, segundo a Organização Mundial do Turismo, é o movimento de pessoas em direção a lugar diverso do qual habite por tempo inferior a 360 dias, desde que a operação não realize atividades econômicas. O dicionário Aurélio emprega o verbete com a seguinte definição:

1. Viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertam interesse.
2. O conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem Turismo e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte etc.(Ferreira,1995:655)

De acordo com a EMBRATUR (2006), o turismo é gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita.

As funções clássicas do turismo são os deslocamentos, a hospedagem e o lazer. Nestes termos, segundo Yasoshima (2002), a atividade turística, no século XX, presenciou a inovação técnica mais contundente de todos os tempos, qual seja, o automóvel, que contribuiu para a democratização do turismo, dando a liberdade de viajar fora dos rígidos traçados das ferrovias, e também barateando os custos das longas viagens de navio, ou até as ainda dispendiosas viagens de avião.

A partir disso, o referido autor entende que a sensação de independência conferida aos viajantes condicionou a popularização dos equipamentos do elemento receptivo, tais como os hotéis (*motor hotel*), para hospedar aos motoristas e suas famílias durante os percursos. Não há como discutir a necessidade de liberdade e independência da natureza humana; no entanto, deve se postular a interrogação sobre a ousadia para o acesso a áreas naturais protegidas, como também a

eventual resistência ao cumprimento, respeito e observação de regras e normas que visam a ética dos usos e costumes iminentes de cada localidade turística.

O homem do século XX tornou-se mais independente, autônomo em suas decisões e iniciativas; entretanto, não se tornou, em geral, mais generoso ou solidário. Ao contrário, retrocedeu nas relações sociais, talvez como forma de autoproteção para suas próprias limitações relacionais e afetivas. Não obstante tal fato, Yasoshima (2002) esclarece que, após a Segunda Grande Guerra Mundial, homens e mulheres que tinham trabalhado durante a guerra sentiam-se mais independentes, querendo agora retornarem aos campos de batalha na condição de visitantes. Não resta dúvida de que os movimentos sociais, inclusive o das minorias excluídas, iniciados a partir da década de 1950, foram a base condicionante dos comportamentos sociais atuais. Houve conquistas positivas nas quais não se pretende retroceder. No entanto, há paradoxos sociais que se refletem no turismo pois, como atividade social e humana, ele revela o universo cultural em que está contido, bem como a sociedade que o promove.

O turismo é a conjugação de diversos fatores sociais, econômicos, políticos, ideológicos, culturais, técnico-científicos e ambientais; este fenômeno social está ligado à civilização moderna, tendo nascido da necessidade de deslocamento e teve incremento devido a alguns fatos, tais como, de acordo com Coriolano (1998):

- a) após a Revolução Industrial, a sociedade produtiva passou a ter direito a férias, diminuição da jornada de trabalho e, com isso, aumento do tempo livre;
- b) evolução da tecnologia, que conduziu a um aumento da produtividade e à redução dos custos da produção, por meio da produção em massa de veículos – com isso várias pessoas passaram a se deslocar em viagens de férias nos automóveis;
- c) aumento da renda das diversas camadas da população, contribuindo para o incremento do investimento nas viagens;
- d) criação e desenvolvimento de empresas especializadas na organização e comercialização de viagens;
- e) liberação das formalidades aduaneiras, como a isenção de vistos e unificação de documentos, estimulando as viagens internacionais;

- f) aumento da urbanização, como consequência da industrialização;
- g) falta de ambientes naturais e impactos psicológicos da vida urbana, incentivando viagens de fim de semana e férias.

Percebe-se, com isso, que o desenvolvimento da economia mundial acarretou um crescimento não sustentável e a carência de espaços naturais durante o processo evolutivo do turismo.

Para Ansarah (2001), o estudo do turismo há que ser sempre direcionado para o desenvolvimento sustentável, conceito essencial para alcançar metas sem esgotar os recursos naturais nem deteriorar o ambiente. Entende-se que a proteção do ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis. Das discussões sobre ecologia, que abriram o terreno para o exame dessas interrelações, o que se tem atualmente em maior relevância é o turismo sustentável, expressão esta que abriga infindos posicionamentos políticos e geoestratégicos, até mesmo interesses imediatos para navegar na onda de um tema tão sério e complexo quanto fluido em seus aspectos práticos.

Para Swarbrooke (2000), o turismo sustentável apresenta-se sob diversas formas, de maneira a satisfazerem as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Assim sendo, deve ser economicamente viável e que não destrua os recursos dos quais no futuro ele dependerá, principalmente o ambiente físico e o tecido social da comunidade local.

Esse tipo de turismo também pode ser referido por ecológico, responsável, alternativo, verde, brando ou, até mesmo, Novo turismo. Usualmente, os pesquisadores costumam referir como turismo sustentável somente o de cunho ecológico, mas, na realidade, sustentável é todo o turismo que permite uma continuidade, que não esgota recursos, sejam eles quais forem.

Segundo Medlik (1996), o termo turismo sustentável provém do conceito de desenvolvimento sustentável. O termo foi mais difundido com a divulgação do

relatório de Burthland, ou Nosso Futuro Comum, na década de 80. Neste relatório, realizado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o turismo sustentável foi referido como o desenvolvimento que satisfazerem as necessidades do presente sem comprometer a atividade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades.

O turismo sustentável foi definido pela OMT (Organização Mundial do Turismo), em 1995, como:

Aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil equilíbrio que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis. (OMT ,1995)

No estudo do turismo, segundo Cândido (2003), existem diversos documentos importantes que auxiliam na compreensão do fenômeno, tais como: a Declaração de Manila, a Declaração de Turismo e Meio Ambiente, o Relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum, a Carta de Lanzarote, a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável, o Código Mundial de Ética do Turismo, a Declaração de Berlim sobre a Biodiversidade e o Turismo, a carta de Quebec para o Ecoturismo e a Declaração de Djerba sobre o Turismo e a Mudança Climática.

A declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (OMT,1980) expressa a realidade ao afirmar:

Os recursos turísticos de que dispõem os países estão constituídos, por sua vez, de espaço, bens e valores. Tratam-se de recursos cujo emprego não se pode deixar a uma utilização descontrolada, sem correr o risco de sua degradação e mesmo de sua destruição. A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo, nem para os lugares históricos ou culturais. Todos os recursos turísticos pertencem ao patrimônio da humanidade. As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver os esforços necessários para a sua preservação. (OMT,1980)

Em 1982, a OMT e o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) divulgaram a Declaração sobre o Turismo e Meio Ambiente, em que expressavam a convicção de que o desenvolvimento das atividades de férias e tempo livre e a gestão do meio ambiente são dois elementos essenciais e

interdependentes do processo de desenvolvimento, do qual deve se beneficiar o próprio homem. A única forma de turismo aceitável seria a que melhorasse, protegesse e salvaguardasse o ambiente. Afirmavam ainda que a satisfação das exigências para o desenvolvimento não pode ser prejudicial aos interesses sociais e econômicos das populações, do meio ambiente e, sobretudo, dos recursos naturais, que são a atração fundamental do turismo.(OMT, 2003).

Em 1987, foi criada pelas Nações Unidas a Comissão de Burndtland, responsável pela formalização do relatório *Nosso Futuro Comum*. Em abril de 1995, por iniciativa da ONU, realizou-se a Primeira Conferência sobre Turismo Sustentável em Lanzarote, nas Ilhas Canárias. Foi co-patrocinada pelo Programa Ambiental dessa mesma organização, pelo Programa sobre o Homem e a Biosfera da UNESCO e pela OMT. Uma das principais preocupações do encontro foi a observação expressa pela maioria dos participantes de que a iniciativa privada, à época, pouco se sensibilizava com os programas e ações de preservação ambiental. (OMT, 2003)

O envolvimento do turismo com a questão da sustentabilidade vem se ampliando. Este fato fica evidente com o crescente número de publicações dedicadas ao tema, assim como pelas declarações endossadas nos últimos anos, dentre as quais destacam-se a "Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável" e o "Código Mundial de Ética do Turismo".

A divulgação da Agenda 21 (OMT,1996), pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo e pelo Conselho da Terra, teve como inspiração a Agenda 21, aprovada durante a CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A "Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável" indica áreas prioritárias para o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável. Oito áreas são dirigidas a governos e representações das organizações da indústria turística, indicando:

- a) Avaliação da capacidade do quadro regulatório, econômico e voluntário para apoiar o desenvolvimento de políticas que viabilizem a implementação do turismo sustentável;
- b) Avaliação das implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais das operações da organização/instituição, no sentido de examinar sua própria capacidade para atuar na direção da perspectiva de desenvolvimento sustentável;
- c) Treinamento, educação e formação da consciência pública, no sentido do desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo e com o objetivo de viabilizar a capacidade necessária para execução de tarefas nessa direção;
- d) Planejamento para o turismo sustentável a partir do estabelecimento e implementação de medidas que assegurem o planejamento efetivo do uso do solo, que maximizem benefícios ambientais e sociais, e minimizem danos potenciais à cultura e ao meio ambiente;
- e) Promoção de intercâmbio de informações, conhecimento e tecnologias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que viabilizem o turismo sustentável;
- f) Fomento à participação de todos os setores da sociedade;
- g) Monitoramento para avaliação dos progressos alcançados frente às 4 metas de turismo sustentável a partir de indicadores confiáveis, aplicáveis a nível local e nacional;
- h) Estabelecimento de parcerias que facilitem iniciativas responsáveis.

Oito áreas prioritárias do mesmo documento dirigem-se às empresas de Viagem e Turismo visando ao estabelecimento de procedimentos sustentáveis:

- a) minimização do desperdício pela diminuição do uso de recursos e aumento da qualidade;
- b) gerenciamento do uso de energia visando à redução do consumo e emissão de substâncias potencialmente poluentes da atmosfera;
- c) gerenciamento do uso da água com vistas à manutenção da qualidade e eficiência no consumo;
- d) gerenciamento de águas servidas e esgoto visando à conservação dos recursos hídricos e proteção da flora e fauna;

- e) gerenciamento de produtos tóxicos e/ou perigosos promovendo a sua substituição por produtos menos impactantes ao meio ambiente;
- f) gerenciamento do sistema de transportes com o objetivo de controlar emissões perigosas para a atmosfera e outros impactos ambientais;
- g) planejamento e gerenciamento do uso do solo, no contexto da demanda de uso múltiplo e equitativo, tendo em vista o compromisso com a preservação ambiental e cultural, assim como com a geração de renda;
- h) envolvimento de *staff*, clientes e comunidades nas questões ambientais.

As diretrizes apresentadas pelo documento representam orientações importantes para a promoção do turismo sustentável, seja no nível público como na iniciativa privada, e não devem ser ignoradas pelos atores envolvidos no processo do seu desenvolvimento.

A Agenda 21 Global (1996), em seu capítulo 30 - fortalecimento do papel do comércio e da indústria, indica a adoção de códigos de conduta que promovam uma atuação responsável destes atores, em vista da sua importância no desenvolvimento econômico e social. Com essa perspectiva, foi elaborado o Código Mundial de Ética do Turismo, aprovado em 1999, na Assembleia Geral da OMT. Fruto de ampla consulta e inspirado em documentos como Declaração dos Direitos do Homem, Convenção de Chicago, Declaração de Manila, Declaração do Rio, Convenção sobre a Biodiversidade e Declaração de Estocolmo, o Código constitui um plano de referência para o desenvolvimento racional e sustentável do turismo, para que seja resguardado o futuro da atividade turística e o crescimento da contribuição do setor à prosperidade econômica, à paz e ao entendimento entre nações. Acrescenta novas recomendações a outros documentos que constituíram marcos para o setor, como a Declaração de Manila, aprovada pela OMT em 1985, na qual já estavam expressas as preocupações com os valores social, cultural, político, econômico e ambiental do turismo.

Os Nove primeiros artigos do Código de Ética do Turismo são dirigidos a governos, comunidades receptoras e demais atores envolvidos com a atividade turística:

- a) (Art.1º.) contribuições do turismo à compreensão e ao respeito mútuo entre homens e sociedades;
- b) (Art.2º.) o turismo, vetor de crescimento pessoal e coletivo;
- c) (Art.3º.) o turismo, fator de desenvolvimento sustentável;
- d) (Art.4º.) o turismo, usuário do patrimônio cultural da humanidade, contribuindo para o seu enriquecimento;
- e) (Art.5º.) o turismo, atividade benéfica para os Países e comunidades receptoras;
- f) (Art.6º.) obrigações dos atores do desenvolvimento turístico;
- g) (Art.7º.) direito ao turismo;
- h) (Art.8º.) liberdade para deslocamentos turísticos;
- i) (Art.9º.) direitos dos trabalhadores e empresários da indústria turística.

No artigo 10 - implementação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo; o documento prevê um mecanismo para a regulação de litígios quanto à aplicação do referido código, propondo a criação de um Comitê Mundial de Ética do Turismo.

Os impactos da atividade turística podem ir muito além da degradação ambiental, por vezes irreversível; suas consequências podem alcançar negativamente as culturas e as relações sociais, criando conflitos e inviabilizando o desenvolvimento das áreas atingidas pelo seu crescimento. O planejamento impõe-se como um instrumento indispensável dentro de uma abordagem sistêmica.

Em 1997, realizou-se em Berlim, na Alemanha, a Conferência Internacional do Meio Ambiente sobre a Biodiversidade e o Turismo. Foi divulgada, após o evento, a Declaração de Berlim sobre a Biodiversidade e o Turismo. Segundo Kanni (2002), o documento ressalta a importância do turismo para a economia mundial, porém vê com preocupação o crescimento rápido da atividade turística em ambientes naturais. Chama também a atenção para que a atividade aconteça mediante preservação do ambiente natural, estrutura social e herança cultural.

Também conforme o mesmo autor, em 1999, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (CSD-7), que tem a missão de supervisionar



a implantação do que foi acordado na Eco 92, abriu espaço político internacional e nacional para alinhar o desenvolvimento turístico à sustentabilidade, e decidiu estabelecer um programa internacional de trabalho que foi dividido nas seguintes fases:

- a) Reconhecer a sustentabilidade como um contrato ecológico, social e econômico entre as gerações;
- b) Respeitar os limites da capacidade de sustentação ecológica;
- c) Criar uma justiça ambiental global, capaz de erradicar a pobreza;
- d) Ajustar os padrões de consumo do norte às exigências do desenvolvimento sustentável.

No entanto, apesar dos esforços, a nova rota delineada pela decisão do CSD-7 mal foi percebida pelos líderes do setor, muito menos explorada e implantada.

Em 2002, o Ano Internacional do Ecoturismo ofereceu diversas oportunidades para rever as experiências nos mais diversos ambientes, no sentido de consolidar ferramentas e as estruturas institucionais que garantam seu desenvolvimento sustentável no futuro. Nesse ano também foi divulgada a Carta de Quebec (OMT,2002): que trata do debate e deliberações que venham acontecer durante a Reunião Principal e que se estabeleçam diretrizes que sirvam de subsídios para maximizar os benefícios ambientais, econômicos e sociais do ecoturismo, enquanto se evitam os impactos negativos ocorridos no passado.

Também em 2002, a OMT apresentou um documento complementar ao Compromisso de Joanesburgo por um Desenvolvimento Sustentável (OMT, 2002), no qual mencionava a iniciativa do turismo como ferramenta para a redução dos índices de pobreza no mundo. No Congresso Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, a OMT também fez críticas às atuações reduzidas do turismo no processo de planejamento nacional do desenvolvimento. Foram aí traçados 9 princípios básicos para o turismo sustentável:

- 1º. Pobreza/Desenvolvimento: o turismo deve ajudar a superar a pobreza mundial. A justiça social e ambiental e a participação da comunidade local nas aplicações devem ser as bases para isso;
- 2º. Clima : o turismo deve evitar a formação de congestionamentos, evitando o envio de poluentes para atmosfera;
- 3º. Terra: o turismo deve fazer bom uso do solo, inclusive no consumo de alimentos e na capacidade de carga;
- 4º. Água: o turismo deve fomentar o uso correto, evitando o desperdício;
- 5º. Dignidade humana: o turismo deve favorecer a igualdade entre os gêneros e a proteção das crianças;
- 6º. Participação da sociedade civil: o desenvolvimento das comunidades por meio da atividade turística;
- 7º. Consumo e estilo de vida: o comportamento durante viagens e atividades de lazer;
- 8º. Biodiversidade : o turismo deve contribuir para a sobrevivência da diversidade natural e cultural do planeta;
- 9º. Economia internacional e política comercial: comércio justo e ético também no mercado turístico.

De acordo com Ferretti (2002), a Organização Mundial do Turismo também apresentou, no Congresso, a Carta de Quebec para o Ecoturismo, tendo o Secretário Geral da OMT, Francesco Frangialli, ressaltado, em seu discurso, os três aspectos do turismo sustentável: econômico, social e ambiental, chamando, porém, a atenção para a importância da educação. Neste evento, o representante da OMT disse que o setor do turismo pode contribuir muito mais para o desenvolvimento sustentável, não só como na forma de um turismo sustentável, mas também por meio do ensino do turismo, com o emprego da modalidade de turismo pedagógico ou escolar, também conhecido como estudo do meio.

Em 2003, segundo De las Heras(2004) ,houve a primeira Conferência Internacional sobre a Mudança Climática e o Turismo, na qual foram discutidas ações que o setor do turismo poderia acatar para combater as modificações no clima global. Como consequência, foi divulgada a Declaração de Djerba sobre o Turismo e a Mudança Climática.

No contexto nacional, foi proposto por Beni (1998) um modelo de planejamento integrado do desenvolvimento turístico tendo como foco a teoria de sistemas: o Sistema de Turismo – SISTUR, que procura o entrelaçamento dos diferentes aspectos que moldam a atividade turística, a partir da análise das relações de interdependência de:

- a) relações ambientais envolvidas nos sistemas ecológicos, sociais, econômicos e culturais;
- b) organização estrutural;
- c) ações relacionadas com a oferta e a demanda.

Conforme Rushmann (1997), os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas, porém os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural. Os impactos são conseqüências da interação do turista, comunidade e meios receptores, podendo ser de natureza diversa, em geral econômicos, sócio-culturais e ambientais.

A atividade turística pode carrear o desenvolvimento econômico a uma localidade quando há ganho financeiro, criação de empregos para a população autóctone, aumento da arrecadação de impostos, desenvolvimento da infraestrutura, diversificação econômica, dentre outros. Porém, o turismo, de acordo com Honey (1999), pode ser também responsável pela falência da destinação quando considera a atividade turística como a única alternativa econômica, gerando inflação dos preços, possibilitando o escape de divisas para outras regiões e/ou países e limitando as opções a cargos operacionais sem a devida capacitação para a população local.

De acordo com Dias (2003), é difícil evitar os impactos sócio-culturais do turismo, em razão da interação do turista com a comunidade local, de influência mútua. O visitante leva consigo seus costumes, sua ética, seus sistemas de valores, suas concepções sociais e, ao chegar à destinação, está ávido para conhecer as

diversas facetas da localidade. Este intercâmbio, se não bem orientado e fiscalizado, pode trazer danos catastróficos para a comunidade receptora.

Segundo Ruschmann (1997), os danos ambientais causados pelo desenvolvimento descontrolado do turismo produzem os seguintes impactos:

a) Quanto à poluição:

a.1) atmosférica: provocada por motores, pela produção e pelo consumo de energia;

a.2) hídrica: pelo lançamento de esgotos urbanos e liberação de óleos e graxa por veículos de transporte ou recreação, como barcos, em ambientes hídricos como oceanos, lagos, represas, rios e cachoeiras;

a.3) locais para alimentação: pela falta de orientação ao visitante ou falta de coleta de lixo;

a.4) sonora: pelos motores dos veículos, pelos turistas ou por eventos criados para entretenimento dos mesmos.

b) Quanto à destruição das paisagens e áreas agropastoris: pela construção de casas de veraneio ou segunda residência, equipamentos e infra-estrutura para turistas em ambientes naturais;

c) Quanto à destruição da fauna e da flora: pela poluição das águas, do ar e sonora dos turistas, assim como o desrespeito quanto à capacidade de carga das trilhas, o pisoteio da vegetação, coleta de alimentos e flores e o vandalismo;

d) Quanto à degradação da paisagem, sítios históricos e monumentos: pela instalação de equipamentos e infra-estrutura para turistas em desarmonia ao ambiente;

e) Quanto ao congestionamento de veículos: elevada concentração de turistas nos pólos receptores, nas estradas, praias e centros urbanos;

Segundo Luchiari (1998) , o setor turístico incorpora-se às diferentes regiões desconsiderando a natureza como simples estoque de recursos a ser manipulado de acordo com as tendências dos novos usuários, geralmente oriundos das áreas

urbanas regionais e dos maiores centros. A construção de padrões sustentáveis para a atividade turística deverá enfrentar ainda muitos desafios. Para superá-los será necessário não abrir mão da definição de políticas firmes e de um planejamento abrangente, e de longo prazo.

Para Mateus (2005), o aumento esperado do volume de turistas, com uma distribuição cada vez mais dispersa ao redor do mundo, a mudança no perfil do turismo com maior segmentação e o desenvolvimento de novas formas associadas à natureza e à cultura, assim como um comportamento mais seletivo e exigente por parte dos turistas, exigirão medidas rigorosas que garantam o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Segundo Teixeira (2002), é necessário o desenvolvimento do turismo em bases eco-sustentáveis, de forma que este possibilite conciliar o interesse das atividades turística com a urgente necessidade de poupar e preservar os recursos naturais, para que as gerações atuais e também as próximas não tenham sua qualidade de vida afetada negativamente. A indústria da hospitalidade, é uma grande consumidora de energia e, por isso, devem ser incluídas no planejamento turístico para determinada localidade soluções alternativas que visem racionalizar o consumo de energia.

Outra proposta que se encontra na Agenda 21, também no capítulo 9, seção II, e que está relacionada ao turismo é a de: limitar, reduzir e controlar as emissões atmosféricas do setor de transportes, particularmente o terrestre, transformando-o num sistema menos poluente e mais seguro. (OMT, 1996).

O deslocamento turístico, segundo Teixeira (2002), implica a utilização de sistemas de transporte; o transporte de superfície, em especial, é um grande poluidor da natureza, posto que emite dióxido de carbono para a atmosfera, um dos gases componentes do CFC's – clorofluorcarbonetos, responsáveis pela destruição da camada de ozônio que protege a terra contra os raios solares nocivos. A destruição desta camada de ozônio provoca o efeito estufa, que está entre os problemas ambientais mais graves, representando uma ameaça à manutenção do equilíbrio ecológico necessário à sobrevivência das diversas formas de vida

existentes no planeta. O efeito estufa é responsável pelo aquecimento global e, conforme previsões de alguns cientistas, cidades como Nova York, Veneza e Rio de Janeiro poderão desaparecer devido à elevação do nível do mar. Posto isto, verifica-se que o turismo nessas regiões estaria totalmente comprometido, além dos danos causados às comunidades locais.

Como atividade de mercado, o turismo é a atividade menos regulamentada do mundo (Mastny, 2002) e, na justa medida do consumo dos passivos ambientais, os problemas relacionados na ampla literatura sobre o tema identifica o consumo exagerado de energia como a origem da poluição dos mananciais, dentre outros bens naturais e, como não poderia deixar de ser, a intensa produção de lixo e sua disposição final no extremo limite da cadeia produtiva. Além disso, verifica-se claro despreparo dos destinos turísticos em lidar com os danos como o ponto crucial deste problema .

De acordo com Mateus (2005), ao pensar em sustentabilidade turística, os seguintes princípios devem ser observados:

- a) Uso sustentável dos recursos naturais;
- b) Manutenção da diversidade biológica e cultural;
- c) Integração do turismo no planejamento;
- d) Suporte às economias locais;
- e) Envolvimento das comunidades locais;
- f) Consulta ao público e aos atores envolvidos;
- g) Capacitação de mão-de-obra;
- h) Marketing turístico responsável;
- i) Redução do consumo supérfluo e desperdício;
- j) Desenvolvimento de pesquisas.

Segundo considerações feitas por estudiosos, por ocasião do Congresso Internacional de Geografia e Planejamento Turístico (1995), o aquecimento global pode também afetar negativamente o turismo de montanhas nevadas, já que as precipitações sólidas (neves) tendem a diminuir em detrimento às chuvas, com materiais rochosos expostos nas vertentes, dando origem a novas áreas de risco de escorregamentos.

De acordo com Swarbrooke (2000), os principais benefícios do turismo sustentável são:

- 1º. Estimular uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano;
- 2º. Assegurar uma distribuição justa de benefícios e custos;
- 3º. Gerar entrada de divisas para o País e injetar capital e dinheiro novo na economia local;
- 4º. Estimular o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infraestruturas básicas da comunidade;
- 5º. Intensificar a auto-estima da comunidade local e oferecer a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de diversas origens;
- 6º. Demonstrar, do ponto de vista do meio ambiente, a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e poder ajudar a preservá-los;
- 7º. Monitorar, assessorar e administrar os impactos do turismo, desenvolver métodos confiáveis de obtenção de respostas e opor-se a qualquer efeito negativo.

A atividade turística ocupa papel importante no mundo moderno, por movimentar grande quantidade de divisas e contribuir para o crescimento da economia. Dos segmentos do turismo, o ecoturismo é o que mais cresce. É um fenômeno característico do final do século XX, em consequência da crescente preocupação com o meio ambiente. É o segmento que mais se aproxima da proposta de desenvolvimento sustentável. Segundo a EMBRATUR (2006), por ser uma modalidade especial do turismo, requisitando espaços e equipamentos diferenciados, os ecoturistas gastam na localidade visitada até três vezes mais do que um turista de negócios.

O ecoturismo é tipo de turismo de baixo impacto, devendo gerar o menor desgaste possível ao meio ambiente e às comunidades, respeitando suas leis, cultura e, principalmente, seu equilíbrio e tranquilidade. Para Beni(1998), o ecoturismo consiste no deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e

protegidos pelo Estado, iniciativa privada ou controlados em parceria com associações locais e Ongs. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constante, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.

O caminho ideal para o ecoturismo, conforme a EMBRATUR (2006), é o que se chama desenvolvimento sustentável. Este conceito propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais.

Segundo Molina (2001), para ter sucesso, o ecoturismo requer algumas etapas, tais como: pesquisa da oferta e demanda; zoneamento turístico-ecológico; seleção de áreas prioritárias; elaboração de projetos de infra-estrutura e execução e controle do projeto. Nos últimos anos, o ecoturismo vem crescendo rapidamente, aumentando a procura por esta modalidade, número de publicações, programas exibidos em canais de TV aberta, órgãos ligados ao assunto etc.

O turismo ecológico, segundo Mendonça & Zysman (2005), está voltado para ambientes nativos, onde a atividade se caracteriza, principalmente, pela interação do homem com a natureza. Neste tipo de turismo procura se utilizar, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e buscando à formação de uma consciência ambientalista mediante interpretação do ambiente e promovendo o bem-estar da população envolvida. As atividades desta modalidade são desenvolvidas a partir da observação do ambiente natural, pela transmissão de informações e conceitos ou pela simples contemplação da paisagem.

No turismo e na comunidade que os hospeda, segundo Tavares (2005), este processo auxilia no desenvolvimento da consciência da própria existência em equilíbrio na natureza, visando ainda à manutenção da qualidade de vida das gerações futuras. Este aprendizado conjunto permite a todos os envolvidos transformar seu comportamento cotidiano. Para o turista que, em geral, vem das



grandes cidades, a realidade urbana com a qual convive rotineiramente passa a ser questionada, gerando reflexões sobre poluição dos centros urbanos, manutenção de áreas verdes, destinação e reciclagem de lixo e qualidade de vida. Objetiva-se, assim, a incorporação e tradução destas reflexões na forma de comportamento e posturas no seu meio ambiente de origem. Mas o grande legado deixado ao turismo é a consciência da importância de se preservar o ambiente natural, a história e a cultura dos lugares de visitação.

A sustentabilidade de um meio turístico depende necessariamente do tipo de turismo desenvolvido na área, que poderá ser um instrumento de sustentac o do modelo de desenvolvimento ecológico exigido pelas grandes transforma es no modo de vida em todo o globo terrestre.

  claro que todas as atividades previstas no turismo ecológico podem, em geral, ser realizadas, desde que rigorosamente observadas as restri es de uso desses espaços. Para que uma atividade se classifique como ecoturismo, são necessárias quatro condi es básicas: respeito às comunidades locais; envolvimento econômico efetivo das comunidades locais; respeito às condi es naturais e conserva o do meio ambiente e intera o educacional – garantia de que o turista incorpore para a sua vida o que aprende em sua visita, gerando consciência para a preserva o da natureza e dos patrim nios históricos, cultural e  tnico. (Ferretti,2002).

Para a EMBRATUR (2006), existem diversas hipóteses para tentar explicar o porquê de as pessoas estarem buscando esse tipo de atividade. As mais comuns são a preocupa o com o meio ambiente, maior conscientiza o ecológica e uma maneira de fugir da rotina e do estresse dos grandes centros urbanos.

Trata-se, portanto, de acordo com Ruschmann (2000), de um “novo turista” que se constitui em um nicho de mercado de pessoas ambientalmente conscientizadas, que, na busca do contato com ambientes naturais preservados, atuam no sentido da conserva o do ecossistema visitado e contribuindo para a sua sustentabilidade.

A lógica do desenvolvimento sustentável não deixa de ser conflitiva, uma vez que deve conciliar, ao mesmo tempo, o objetivo econômico, o social e o ambiental.

Rodrigues (1999) considera que todo desenvolvimento implica produção, e não existe produção sem danos ambientais. A poluição é um dos maiores desafios contemporâneos; em uma condição de nível de poluição-zero existirá também um nível de produção zero, o que é também inviável. Isto significa que para evitar que o turismo provoque impactos de ordem sócio-cultural, econômica e ambiental, deve-se parar imediatamente de fomentá-lo, o que pode constituir um equívoco.

Existem divergências com relação à temática da sustentabilidade. Segundo Santos (2004), desenvolvimento sustentável é um ideário constituído pelas Nações Unidas, uma utopia política para atrair países do Terceiro Mundo, com a finalidade de angariar adesões às políticas ambientais adotadas pelos países do Norte.

Em palestra realizada no Brasil, o professor britânico John Swarbrooke ressaltou que atualmente se deve denominar o turismo sustentável por turismo responsável, pois, desta forma, estar-se-á compartilhando todo o compromisso sobre a preservação ambiental com os setores envolvidos no assunto, desde o governo, passando pelo investigador, pelo profissional, chegando até à comunidade. Ele também chamou a atenção para que o turismo sustentável não fique apenas em divagações e debates intermináveis sobre sua importância, devendo passar para a operacionalidade. O ideal seria trabalhar cientificamente um conjunto de fatores que visam à profissionalização do setor, para a educação e conscientização turística.

Swarbrooke (2004) chamou a atenção para a inclusão da comunidade no processo de exploração do turismo de modo geral, tendo afirmado: "O turismo pode e deve diminuir a pobreza do lugar onde for praticado, gerando riqueza e favorecendo a inclusão social". Ressaltou ainda a necessidade da formação de profissionais para atuarem no setor de turismo sustentável. Para ele, a formação técnico-científica vai ajudar a melhorar o rendimento da área.

### 2.3. Ensino Superior em Turismo

No ano de 1500 , quando do descobrimento do Brasil, existiam 60 universidades no mundo. Segundo Dencker (2002), em 1592 os jesuítas instalaram a primeira universidade brasileira, a Universidade do Brasil; no entanto, esta não foi reconhecida pela Coroa Portuguesa, bem como outras iniciativas subseqüentes similares. Souza (1991) aponta que durante trezentos anos as únicas tentativas no campo educacional vinham dos jesuítas, mais voltados à catequese religiosa.

De acordo com Dencker (op.cit) e Souza (1991), a origem do ensino superior é marcada por alguns momento históricos importantes, tais como :

- a) Em 1569, a chegada dos primeiros educadores da Companhia de Jesus, liderados por Manuel da Nóbrega e o primeiro governador, Tomé de Souza;
- b) Em 1553, chegada do Padre José de Anchieta com a expedição de Duarte da Costa;
- c) Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas, permanecendo apenas os beneditinos, franciscanos e carmelitas;
- d) Em 1808, pela implantação das primeiras escolas de ensino superior e do 1º. curso superior de Medicina;
- e) Em 1890, pela reforma de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, nasceu o primeiro órgão público ligado à educação, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.
- f) Em 1912, a primeira universidade brasileira, no estado do Paraná, durou apenas 3 anos;
- g) Em 1920 surge a Universidade do Rio de Janeiro, hoje conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo Teixeira (2005), até o começo do século XIX, a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros, depois dos cursos no Brasil nos colégios dos jesuítas. No século XVIII, esses alunos eram obrigados a estudar um ano apenas no Colégio de Artes de Coimbra para ingresso nos cursos superiores de teologia, direito canônico, direito civil, medicina e filosofia. Nessa universidade graduaram-se mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil. Os

brasileiros que cursavam esta universidade eram considerados portugueses nascidos no Brasil, podendo portanto, tornar-se professores universitários.

Segundo Barretto et al (2004), ter o conhecimento sobre o histórico do ensino superior no Brasil é essencial para compreender os cursos universitários da atualidade. A fase inicial da implantação do processo educativo ocorreu ainda no Império e deveu-se às necessidades imediatas da realidade socioeconômicas do País; no entanto, o acesso à educação era privilégio dos aristocratas. Esta fase remete a um trecho da história do País na qual cultura e educação não constituíram prioridades do Império, assim como hábitos de leitura. O descaso com a educação se justificava pela situação de exploração colonialista.

A educação foi vista pela Coroa Portuguesa como um instrumento para a sua perpetuação e para a manutenção de seu domínio no Brasil. Não houve estímulo à criação de instituições nacionais de ensino superior; assim, os jovens que iam estudar nos centros universitários da metrópole voltavam com espírito de lusitanidade elevado e se comportavam como bons súditos.

Depois da transferência da corte para o Rio de Janeiro, tornou-se necessária a implantação de um centro universitário; no entanto, seu objetivo estava na manutenção do sistema social e econômico sem qualquer compromisso com a transformação e a emancipação do ser humano.

Para Barretto et al. (2004), no Brasil a educação foi vista desde o período colonial como um luxo, ou um instrumento ao desenvolvimento econômico, e não uma finalidade do processo civilizatório, um meio pelo qual passam todos os caminhos que levam à criação de uma estrutura socioeconômica eficiente. A partir da independência política, tornou-se obrigação do governo o desenvolvimento do homem por meio da educação voltada para os interesses nacionais.

De acordo com Shigunov Neto & Maciel (2002), ocorreram muitos debates sobre o assunto durante o regime imperial, com um claro descompasso entre as proposições, pois não havia harmonia entre as leis e as condições de concretização dos projetos. O Brasil não estava, certamente, no mesmo patamar de

desenvolvimento da Europa, por sua natureza, até então, de colônia. O modelo educacional precisaria atingir os objetivos específicos do País e, para tanto, era necessária uma construção personalizada.

De acordo com Cunha (1986), em 1808, foram criadas instituições de ensino superior, como as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), e de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia da Guarda Marinho, também no Rio de Janeiro. Em 1810, foi fundada a Academia Real Militar, que se transformou em Escola Politécnica, atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ.

Desde então até a proclamação da República, em 1889, o ensino superior se desenvolveu muito lentamente. Segundo Sampaio (2000), entre 1889 e 1918 foram criadas, no País, 56 novas instituições de ensino superior, na maioria privadas e de iniciativa confessional, esse rápido crescimento contrasta com o período anterior.

Sampaio (2000) aponta que a história da educação superior privada no Brasil começou em 1891, com a Constituição da República, descentralizando o que era exclusivo do poder central, delegando aos governos estaduais a ampliação e diferenciação do ensino e permitindo a criação de instituições privadas. Nessa época, todas as instituições, inclusive as públicas; cobravam mensalidades e/ou taxas de matrícula de seus alunos, nesse sentido, pode-se afirmar que a questão da gratuidade do ensino não se constituía em aspecto distintivo do ensino público deste período.

Segundo Teixeira (2005) até 1900 não existiam mais do que 24 escolas de ensino superior no País. Naquela época, além das iniciativas católicas, existiam também as iniciativas por parte das elites locais que buscavam dotar seus respectivos estados de estabelecimentos de ensino superior. Em 1930, o sistema já contava com 133 escolas; destas, 86 haviam sido criadas na década de 1920, como afirma Teixeira (2005).

Ainda segundo Shigunov Neto & Maciel (2002), inicialmente, a escola tinha papel opressor, assegurando a reprodução do sistema econômico vigente. Nesse período, a população dedicava-se às atividades de comércio emergente e aos serviços públicos. Reivindicava os mesmos direitos das classes dominantes, ou seja, queria frequentar as mesmas escolas que preparavam para o mercado de trabalho e a vida pública: as escolas profissionalizantes e as universidades. No entanto, a educação popular não interessava às classes dominantes. Segundo os autores (op.cit.), nas décadas de 20 e 30 ocorrem no Brasil e no mundo diversas mudanças em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esse processo de modernização envolveu a sociedade brasileira como um todo, especialmente os educadores. No entanto, as mudanças procuravam responder mais às exigências do setor produtivo do que aos problemas sociais; assim, o ensino foi reformulado para adequá-lo às exigências de qualificação da força de trabalho.

De acordo com Barreto et al (2004), a partir de 1935 ocorreu a repressão política e o período do Estado Novo do Brasil, privilegiando a formação técnica e profissional em detrimento do cidadão. Também durante esse período ocorreu a criação do Senai, Senac e escolas técnicas em vários estados do País. A partir da década de 40, a procura dos cursos superiores passou a ser maior: os estudantes buscavam, a partir do diploma, ascensão social, empregabilidade e uma vida diferente da que levava com seus familiares. De 1946 a 1964, os educadores que estavam comprometidos com o pensamento humanista, dentre os quais Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Paulo Freire, influenciaram mudanças significativas na educação e cidadania. A partir de 1948 começou a ser discutida a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB); a Lei no. 4.024 foi promulgada em 1961, época em que diversos grupos sociais queriam o desenvolvimento nacional sem submissão ao imperialismo internacional.

Conforme Souza (1991), nas décadas de 50 a 70 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi a vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961. No entanto, segundo o mesmo autor, a explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos 70, durante esta década, o número de matrículas subiu

de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980). A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender essa demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse diversos cursos novos. Neste período também ocorreram mudanças no processo seletivo; as provas dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha.

Souza (1991) ainda ressalta que o aumento expressivo sem o planejamento adequado resultou em uma insuficiência de fiscalização por parte do poder público, causando a queda da qualidade de ensino e a imagem “mercantilista” e negativa da iniciativa privada, que persiste até hoje, em contraposição a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Superior, de 1968.

Segundo Ansarah (2002), atualmente, a estrutura do ensino no Brasil divide os estabelecimentos de Ensino Superior em quatro tipos, além das universidades; conforme o Decreto-Lei no. 2.306, de 19 de Agosto de 1997, que regulamenta as disposições de alguns artigos da Lei 9.394/96 (LDB) – introduz os Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores e Escolas Superiores.

Em 1998, foi publicada pela UNESCO a Declaração Mundial sobre o Ensino Superior no Século XXI. O documento trata do debate entre a competência pedagógica e a docência universitária. Masseto (2003) destaca que a missão do Ensino Superior deve :

- a) Educar e formar pessoas altamente qualificadas, incluindo capacitações profissionais mediante cursos que se adaptem às necessidades presentes e futuras da sociedade;
- b) Prover oportunidades para a aprendizagem permanente;
- c) Contribuir para a proteção e consolidação de valores da sociedade;
- d) Implementar a pesquisa em todas as disciplinas e entre as mesmas, por meio da interdisciplinariedade;
- e) Reforçar os vínculos entre a educação superior, o mercado de trabalho e a sociedade;

- f) Estar centrada no estudante, o que exige a reforma constante de currículos e a utilização de novos métodos de ensino que permitam ir além do domínio cognitivo das disciplinas;
- g) Utilizar novos processos avaliatórios;
- h) Criar novos ambientes de aprendizagem, como educação a distância e sistemas educacionais totalmente virtuais.

A Carta de Bologna, publicada em 2000, ressalta que a informação é o primeiro de todos os direitos, por meio de um ensino voltado para os créditos e a liberdade do corpo discente na formação de currículos. Dessa forma, a instituição passa a enfrentar os desafios da globalização do conhecimento à luz da autonomia e da diversidade, permitindo o resgate da cidadania por intermédio do ensino, da produção científica, da participação na comunidade, da construção do saber pedagógico contínuo e da conscientização do papel da instituição com os alunos e os professores (Instituto Paulo Freire, 2000).

A partir de então, ocorreram muitas discussões com relação ao ensino superior e várias tentativas de organizá-lo. No entanto, a história mostra que isso não tem se verificado, mas, sim, um desenvolvimento descontrolado das escolas particulares, muitas vezes financiadas pelo próprio governo.

Segundo o Ministério da Educação (2005), o processo de globalização colocou o Brasil e o ensino superior em uma encruzilhada; de um lado, o caminho da desregulamentação e da mercantilização do ensino, que retira do Estado o protagonismo na definição das políticas educacionais, e, de outro, um projeto que percebe a educação superior como um direito público a ser ofertado com qualidade, com democracia e comprometido com a dignidade do povo brasileiro, com as expressões multiculturais que emergem do interior da sociedade, com a sustentabilidade ambiental e com o desenvolvimento tecnológico de sua estrutura positiva. Discute-se desde 2000 a respeito da Reforma Universitária; segundo o MEC (2005), para chegar a um texto condizente foram realizadas diversas versões para auxiliar o processo de reformulação. A principal dificuldade foi conciliar, ao mesmo tempo, os dirigentes de instituições públicas e das particulares, mas, após



três tentativas, na última versão chegou-se ao texto que trata, resumidamente, dos seguintes aspectos:

- a) fortalecer as instituições públicas;
- b) impedir a mercantilização do ensino superior;
- c) garantir a qualidade de ensino;
- d) democratizar o acesso, permitindo a inclusão social;
- e) construir uma gestão democrática.

Atualmente, a disseminação das universidades privadas tem se tornado uma constante, com o risco de esta oferta constituir um simples negócio, deixando para um plano secundário o pensamento pedagógico, em benefício aos lucros da empresa. Segundo Chauí (2003), a forma atual do capitalismo caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe, fazendo com que a Universidade deixasse de ser uma instituição social para se tornar uma mera prestadora de serviços.

O Ministério da Educação tem feito inúmeras tentativas de regulamentar e controlar os procedimentos de abertura e avaliação de cursos; no entanto, as sucessões político-partidárias costumam provocar soluções de continuidade, por vezes modificando severamente as disposições que vinham sendo implantadas.

O início do estudo em Turismo no ensino superior deu-se a partir da década de 70, segundo Matias (2002), em meio à euforia da modernização, época em que este curso passou a ser muito atraente à classe média, pois, como setor da economia, mostrava-se como um dos mais dinâmicos.

A grande demanda instigou empresários da educação a investirem na abertura de outros cursos; porém, seis anos após sua implantação, o curso apresentou-se em queda de demanda, devido a fatores socioeconômicos, tais como: desemprego, queda do poder aquisitivo das classes média e baixa e aumento das mensalidades escolares.

Ainda segundo Matias (op. cit), os principais entraves para a formação do Bacharel em Turismo têm sido: falta de professores especializados, falta de esclarecimento do aluno do curso, bibliografia nacional escassa, currículo mais humanístico do que profissionalizante e falta de padronização dos cursos.

Muitos desses desafios perduram até hoje. Com relação às pesquisas em turismo, segundo Rejowski (1996), a bibliografia nacional ainda é bastante dependente da internacional, disponível em diversas traduções, por vezes desvinculadas da realidade brasileira. Existe uma carência de professores especializados, segundo Rejowski & Carneiro (2003), em razão da relativa recenticidade da abertura dos cursos (década de 70) e do pequeno número de programas de mestrado e doutorado na área (6 programas de mestrado, sendo somente 2 em instituições públicas, e 2 programas de doutorado, sendo somente 1 em instituição pública).

Por meio dos dados pesquisados por Bensusaschi (2006), é possível verificar o aumento acelerado da oferta de cursos de turismo no Brasil, principalmente a partir do início dos anos 90, dando espaço aos questionamentos quanto à qualidade desses cursos e, conseqüentemente dos profissionais que estão sendo formados.

Quadro 1 – Número de aberturas de Cursos de Turismo no Brasil por período.

<b>PERÍODO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
De 1970 até 1979	018
De 1980 até 1989	010
De 1990 até 1999	115
De 2000 até 2006	342
<b>TOTAL:</b>	<b>485</b>

Fonte : Bensusaschi(2006)

Bensusaschi (2006) aponta que dos 485 cursos, apenas 23 % têm o reconhecimento pelo MEC, já que para isso é necessária a conclusão da primeira turma. Do total de cursos disponíveis, apenas 31 são públicas (cerca de 6 %), evidenciando, segundo o autor, a falta de investimento em educação pelo governo.

Atualmente, segundo a ABBTUR (2005) e INEP (2005), o Brasil possui 485 cursos superiores de Turismo, cujo crescimento desordenado é preocupante, pois o País não possui docentes qualificados para atuarem em todas as localidades. Trigo (1999) aponta como principal problema a falta de professores, principalmente quando se considera a titulação (mestres e doutores) e a falta de uma visão estratégica coerente com o dinamismo e sofisticação dos setores de viagens e turismo. Essa falta de docentes reflete na qualidade dos cursos oferecidos no Brasil, sendo freqüentemente encontrados professores das mais diversas áreas lecionando para o curso de turismo. O que ocorre é uma falta de investimentos por parte das instituições de ensino e pelos próprios docentes na formação mais qualificada.

Segundo Ansarah (2002), o currículo mínimo em turismo foi aprovado em 1971, pelo Conselho Federal de Educação; posteriormente, em 1996, foi formada uma Comissão de Especialistas em Turismo, responsável pela elaboração das Diretrizes Curriculares, documento essencial para auxiliar as IES (Instituições de Ensino Superior) na implantação dos cursos de turismo.

Para regulamentar e controlar os cursos, segundo Bonfim & Freitag (2005), as IES devem solicitar ao Ministério da Educação a autorização de abertura dos cursos e a verificação dos mesmos (para efeito de reconhecimento e emissão de diplomas). Os cursos superiores podem conceder o título de Bacharel, se a formação for maior ou igual a 3.000 horas ou de tecnólogo, se a formação for maior ou igual a 2.300 horas.

Segundo as Diretrizes Curriculares (MEC, 2006), o Curso de Bacharelado em Turismo deve abarcar os seguintes aspectos: (a) os conteúdos básicos são relacionados aos aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos; (b) os conteúdos específicos são relacionados às relações do Turismo com a Administração, o Direito, a Economia, a Estatística, a Contabilidade e ao domínio de, pelo menos uma língua estrangeira. Os conteúdos teórico-práticos são estão localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e estágios.

Conforme Shigunov Neto e Maciel (2002), a necessidade da formação em turismo fica evidenciada quando o documento que propõe as diretrizes curriculares descreve as principais competências e habilidades desse profissional. Em relação aos aspectos teóricos, há uma expectativa de que as diversas correntes do pensamento turístico estejam presentes na sua formação, possibilitando uma reflexão sobre o fenômeno, dentro do contexto passado, presente e futuro e suas inter-relações geográficas, socioculturais e econômicas.

Por outro lado, ainda segundo Shigunov Neto e Maciel (2002), no que se refere à formação prática, o documento reafirma a expectativa de que o estudante adquira competências e habilidades por meio de experiências que possam ser capazes de habilitá-lo ao manejo de técnicas e instrumentos em condições novas e desafiadoras. Espera-se que a experiência prática traga constante pensar sobre o que fazer, como fazer e porque fazer, buscando soluções para os problemas da área.

Os especialistas que redigiram o documento almejam que a formação teórica e prática seja adquirida durante o curso de graduação e pela capacidade de aprender a aprender, pela habilidade em desenvolver trabalho em equipe, pela facilidade de adaptação a contextos novos, pela criatividade, liderança e pelo poder de comunicação.

O perfil profissional deve ser temporal, ou seja, sua formação deve ser moldada de acordo com a realidade do ambiente em que está inserido, à luz da globalização; devem se atender as necessidades de mercado sem excessos, evitando uma formação específica por demais e uma diminuição dos índices de empregabilidade.

As diretrizes curriculares do MEC (2006) para os cursos de bacharelado em Turismo apontam para um indivíduo que possua compreensão da ética profissional e da cidadania, e que, a partir de normas e regulamentos, colabore para a melhoria da qualidade de vida mundial.

Segundo Pimenta & Anastasiou (2002), as competências são as modalidades estruturais da inteligência, as ações e operações utilizadas para estabelecer relações entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que se deseja conhecer. Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

De acordo com Cooper et al (2001) as habilidades decorrentes das competências adquiridas referem-se ao plano imediato do “saber fazer”, e o conhecimento refere-se ao grupo de informações, fatos, conceitos, teorias, princípios, aplicações, interpretações, estudos, análises, hipóteses, pesquisas e debates.

São atribuições do bacharel em Turismo as seguintes competências, de acordo com as diretrizes curriculares prescritas pelo Ministério da Educação (2006):

- a) Colaborar na elaboração e na implantação da Política Nacional do Turismo;
- b) Elaborar e operacionalizar inventários turísticos;
- c) Elaborar o planejamento do espaço turístico;
- d) Elaborar planos Municipais, Estaduais e Federais de Turismo;
- e) Interpretar a legislação pertinente;
- f) Identificar, analisar e avaliar os possíveis efeitos positivos e negativos;
- g) Estabelecer normas, detectar, aplicar e gerenciar a qualidade de serviços turísticos;
- h) Apoiar ações voltadas à formação, treinamento e capacitação de recursos humanos de turismo em nível técnico e superior;
- i) Fazer estudos de mercado;
- j) Interpretar, avaliar e selecionar informações;
- k) Gerir empreendimentos turísticos;
- l) Utilizar a metodologia científica nos estudos e pesquisas.

Quanto às habilidades para atender o mercado, o futuro profissional do turismo deve:

- a) Utilizar raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e estabelecer relações formais e causais entre fenômenos;
- b) Expressar-se em diversos idiomas;
- c) Ter domínio da informática e de de outros recursos tecnológicos;
- d) Perceber a necessidade do constante aperfeiçoamento profissional, acompanhando a evolução científica da área;
- e) Integrar-se e contribuir para a ação de equipes interdisciplinares e multidisciplinariedade;
- f) Interagir nos contextos organizacionais e sociais;
- g) Resolver situações com flexibilidade e adaptabilidade diante de problemas e desafios organizacionais;
- h) Lidar com modelos de gestão inovadores;
- i) Compreender a complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento da atualidade encontram ambientes propícios para se desenvolverem.

Em 2001 foi lançado um conjunto de publicações, intitulado Turismo como aprender, como ensinar, organizados por dois membros da Comissão de Especialistas do MEC , o Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godói Trigo e a Profa. Dra. Marília Ansarah. Nestas publicações , professores consagrados nas disciplinas de formação básica e específica dos currículos dos cursos de turismo, discutem as temáticas e como aplicá-las em sala de aula ou como aprendê-las.

De acordo com Rodrigues (2001), cabe minimamente, às disciplinas de Geografia, Turismo e Meio ambiente, Cartografia e Planejamento, no curso de turismo, a discussão de temas relacionados com o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a conscientização ecológica, bem como a relação destes itens com o turismo, ou seja, os impactos e os benefícios da atividade turística.

A Organização das Nações Unidas (Unesco,2005) vem desenvolvendo ações de fomento para o Desenvolvimento Sustentável. Em 2005, publicou um documento intitulado: A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, de 2005 a 2014, que faz menção à importância de serem inseridas no

ensino superior teorias de sustentabilidade, para que o aluno passe a ser um agente multiplicador a seus pares e no ambiente em que está atuando.

De acordo com o documento, acredita-se que a educação seja uma condição chave ou *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável, por meio de um processo educativo bem elaborado respeitando os três pilares ratificados na Cúpula de Joanesburgo, a sociedade, a economia e o meio ambiente. Estes três elementos supõem um processo de mudança permanente em longo prazo e o desafio para a sustentabilidade está justamente, no equilíbrio entre as partes.

Ainda segundo a Unesco (2005), as três áreas – sociedade, economia e meio ambiente – estão conectadas com as manifestações culturais, os índices de pobreza e os conflitos entre os povos. Estas interrelações são imprescindíveis para um desenvolvimento mais sustentável, fazendo com que o processo educativo veicule mensagens que sejam sutis, mas claras; holísticas, mas tangíveis; multidimensionais, mas diretas. Desenvolvimento sustentável trata essencialmente das relações entre pessoas e entre pessoas e seu meio ambiente, ou seja, é uma preocupação sociocultural e econômica. O elemento humano é reconhecido como a variante fundamental no desenvolvimento sustentável e a aprendizagem com base na sustentabilidade visa promover valores como:

- a) Respeito pela dignidade pelo direitos humanos de todos os povos em todo o mundo e o compromisso com a justiça social e econômica;
- b) Respeito pelas gerações futuras ;
- c) Respeito pela biodiversidade do Planeta;
- d) Respeito pela diversidade cultural e o compromisso de criar global e localmente uma cultura de tolerância e paz.

É importante ressaltar que a educação é uma estratégia, a melhor oportunidade de enraizar e promover os valores e comportamentos que o desenvolvimento sustentável exige. Conforme a Unesco (2005), para acelerar o progresso em direção à sustentabilidade é necessário tornar as relações entre os seres humanos e o mundo natural mais calorosas e afetuosas, e buscar formas de desenvolvimento ambientais e sociais mais responsáveis. O programa de educação

para a sustentabilidade também reflete a preocupação por uma educação de qualidade, que se define a partir dos resultados da aprendizagem, ou seja, o que a educação habilita os aprendizes a ser e a fazer, incluindo a importância das habilidades práticas, e promove saberes, bem como o desejo de continuar aprendendo, de cultivar o espírito crítico, de trabalhar em grupo, de procurar e aplicar conhecimentos, estando dessa forma mais preparados para tomar decisões que levem ao desenvolvimento sustentável.

A Unesco (2005) afirma que a educação para o desenvolvimento sustentável deve possuir as seguintes características:

- a) Ser interdisciplinar e holística: aprendizado voltado para a sustentabilidade como parte integrante do currículo em sua totalidade, não como uma disciplina;
- b) Ter valores direcionados: é imprescindível que normas, valores e princípios sejam explícitos de modo que possam ser analisados, testados e aplicados;
- c) Favorecer o pensamento crítico e a solução de problemas: que gere confiança para enfrentar os dilemas e desafios ;
- d) Recorrer a múltiplos métodos : diferentes métodos para garantir o aprendizado de todos e a transformação do entorno;
- e) Participar do processo de tomada de decisões: alunos participam das decisões relativas ao modo como devem aprender;
- f) Ser aplicável : experiências integradas no cotidiano pessoal e profissional;
- g) Ser localmente relevante: tratar de questões locais e globais;
- h) Utilizar a tecnologia: com os objetivos bem traçados, evitando a anulação de esforços na proteção do meio ambiente e provendo necessidades pessoais e econômicas da população.

Para acompanhar essa implantação, a Organização das Nações Unidas dispõe de uma intensa programação de eventos, parcerias com diversas entidades do setor e ferramentas de gestão. Uma dessas ferramentas é o uso da rede mundial de computadores por meio de sites autoexplicativos, comunicação rápida, cursos e material didático disponível *online* por iniciativa da UNESCO.



Em 2006, segundo Calder (2005), as instituições participantes estarão realizando questionários e colocando em prática o plano de implantação para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que deve abarcar os seguintes aspectos:

- a) Ensino interdisciplinar: aprendizagem em todas as disciplinas;
- b) Orientação por valores: as normas e regras devem ser discutidas e colocadas em prática;
- c) Desenvolver o pensamento crítico e a solução de problemas;
- d) Utilizar diversos métodos para transmitir o conhecimento, de modo que alunos e professores trabalhem juntos;
- e) Tomar as decisões de maneira participativa;
- f) Tornar as experiências aplicáveis a vida cotidiana, tanto pessoal como profissional;
- g) Estar de acordo com as necessidades do entorno.

Segundo Mayor (1998), a educação é a chave do desenvolvimento sustentável – uma educação fornecida a todos os membros da sociedade, segundo modalidades novas e com a ajuda de tecnologias novas, de tal maneira que cada um se beneficie de oportunidades reais de transformar-se para melhor ao longo da vida. O autor admite os seguintes níveis de intervenção, com vistas à sustentabilidade:

- 1º. – educação dos formadores de opinião para um futuro sustentável;
- 2º. – investigação de soluções, paradigmas e valores que sirvam uma sociedade sustentável;
- 3º. – operação dos campi universitários como modelos e exemplos práticos de sustentabilidade à escala local;
- 4º. – coordenação e comunicação entre os níveis anteriores e entre estes e a sociedade.

Segundo a Unesco (2005), as Instituições de Ensino Superior deverão inserir em seus currículos oportunidades para a discussão da temática e fazer de seus *campi* um exemplo de local sustentável. O objetivo da educação para o

desenvolvimento sustentável é a promoção de valores éticos por intermédio da educação, na expectativa da promoção de mudanças nos estilos de vida das pessoas e na construção de um futuro sustentável.

Espera-se que, com isso, os estudantes possam reconhecer a diversidade sócio-cultural do mundo, reconhecer a biodiversidade, aumentar o respeito e a tolerância para com as diferentes comunidades, manter um diálogo freqüente sobre as questões mundiais, influenciar o comportamento acadêmico para a sustentabilidade, fortalecer as competências, fomentar o apoio às práticas sustentáveis – inclusive no meio rural, e manter a identidade local - nos recursos culturais e naturais. Calder (2005) salienta ainda que o corpo docente e administrativo das instituições participantes deverão ser orientados para as práticas, servindo de exemplo aos estudantes.

*“ Se não encontrarmos algo prazeroso, pelo menos teremos conhecido algo novo.”*

*Voltaire*

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Em face dos objetivos de diagnóstico do ensino superior em turismo, frente às disciplinas que tratam ou deveriam tratar do desenvolvimento sustentável , optou-se pela escolha da Região Metropolitana de Campinas (RMC), com vários cursos dessa natureza.

Os procedimentos metodológicos ensejaram uma pesquisa bibliográfica associada a uma base documental extraída da região de estudo , a respeito de estruturas curriculares de Cursos de Bacharelado em Turismo, bem como documentos sobre o desenvolvimento sustentável, relatórios sobre o meio ambiente (SMA,2006), a educação superior e a atividade turística.

Na investigação , procurou-se centrar os assuntos dentro dos seguintes temas:

- a) Turismo Sustentável;
- b) Desenvolvimento Sustentável;
- c) Meio Ambiente e Turismo;
- d) Evolução do Turismo;
- e) Docência no Ensino Superior;
- f) Currículos em Turismo;
- g) Diretrizes Curriculares do MEC;
- h) Documentos nacionais e internacionais relativos à temática;
- i) Dados sobre a região metropolitana de Campinas .

Na etapa seguinte da pesquisa foram coletados dados das estruturas curriculares das faculdades, centros universitários e universidades da Região Metropolitana de Campinas. Os dados da seleção foram baseadas em informações provenientes da Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo.(ABBTUR).

Nesta etapa sentiu-se freqüentemente a incompreensão das entidades mantenedoras da região em fornecerem suas grades curriculares de seus Cursos de Bacharelado em Turismo.

A Região Metropolitana de Campinas é constituída por 19 municípios paulistas: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaquariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Em Campinas, existem diversos institutos de pesquisa, nos vários campos do conhecimento científico, além de duas antigas, tradicionais e prestigiosas universidades: a Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUCAMP e a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Essas instituições de ensino e pesquisa constituem a Fundação Fórum Campinas de Ciência e Tecnologia, gerando soluções, produtos e serviços que resultam em avanços na qualidade de vida, e essa existência justifica o contínuo crescimento econômico da região. Outros *campi* universitários mais recentes integram a RMC, espalhados nas diversas cidades desta circunscrição.

Segundo dados da Emplasa (2006), em 2004 a Região Metropolitana de Campinas tinha aproximadamente 2.600.000 habitantes, distribuídos em 3.468 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 0,04% da superfície brasileira e a 1,3% do território paulista. Nos últimos anos, a região de Campinas vem ocupando e consolidando uma importante posição econômica nos níveis estadual e nacional. Essa área, contígua à Região Metropolitana de São Paulo, comporta um parque industrial moderno, diversificado e composto por segmentos de natureza complementar. Possui uma estrutura agrícola e agroindustrial bastante significativa e desempenha atividades terciárias de expressiva especialização. Além de inúmeros centros inovadores no campo das pesquisas científica e tecnológica, destaca-se também o Aeroporto de Viracopos, o segundo maior do País.

Ainda segundo a Emplasa (2006), a produção industrial diversificada, com ênfase em setores dinâmicos e de alto input científico/tecnológico, notadamente nos

municípios de Campinas, Paulínia, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste e Americana, vem resultando em crescentes ganhos de competitividade nos mercados internos e externos. De acordo com Seade (2006), a Região exibe um Produto Interno Bruto (PIB) de 25 bilhões de dólares. Sua renda per capita é bastante significativa se comparada à do Estado de São Paulo e do Brasil (Região Metropolitana de Campinas = 10.689 dólares, Estado de São Paulo = 5.620 dólares e Brasil = 3.506 dólares). Em recente estudo publicado pela Fundação Seade, intitulado como Pesquisa de Investimentos Anunciados do Estado de São Paulo (Piesp), a RMC já recebeu mais de oito bilhões de dólares provenientes do capital estrangeiro, aplicados nas áreas de tecnologia e indústria. Dentre os maiores investidores estão o Japão, os Estados Unidos e dois países da União Européia como a Alemanha e a França.

A atividade turística na RMC vem sendo implementada ao longo dos anos em que se desenvolveram as vias de acesso à região. Os impactos do turismo não se restringem somente às 19 cidades integrantes da RMC, mas a um número de 35 municípios, incluindo aí os circuitos turísticos, além da hidrovia Tietê-Paraná e do Mercosul. A cada mudança política ou administrativa na gestão do turismo estadual, muda-se a nomenclatura da regionalização, ora chamados circuitos, núcleos ou roteiros, dificultando a criação de uma marca forte e de um produto de qualidade que permita o desenvolvimento sustentado pelo turismo.

As vantagens da regionalização são múltiplas, iniciando-se com a participação de todos os setores dos municípios envolvidos, isto é: prefeituras, associações comerciais, industriais, agrícola e turísticas, câmaras municipais, instituições de ensino e tecnologia e a iniciativa privada. O trabalho conjunto permite a redução de custos em projetos e serviços, diagnóstico dos problemas com mais eficiência e ações sinérgicas com maiores possibilidades de sucesso.

Segundo a EMBRATUR (2006), na Região Metropolitana de Campinas a representatividade das propriedades rurais com potencial turístico é de 36% em relação ao Estado. Resgatar e valorizar a produção rural, agregar valores, promover o patrimônio cultural e natural, obedecendo a capacidade de carga das propriedades, são algumas das missões propostas pelo Circuito das Frutas, fundado

em 2000 e composto pelos municípios de Indaiatuba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo.

Também atuante na RMC, o Circuito das Águas Paulistas foi fundado em 2004, composto pelas cidades de Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro, com o intuito de promover os atrativos turísticos, despertando o interesse dos visitantes e colaborando para o desenvolvimento econômico e social dos municípios integrantes.

Um outro circuito começa a formar-se a partir da natureza econômica de algumas cidades - o Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia ou CT<sup>2</sup>, que vem explorar a imagem de seu município-sede como a Capital Nacional da Ciência e da Tecnologia- Campinas. Os municípios de Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Limeira, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Piracicaba, Santa Bárbara d' Oeste e Sumaré encontraram na diversidade tecnológica o fio condutor para a formação do circuito. Além de imprimir aos municípios a marca da ciência, da tecnologia e da inovação, difundindo este conceito por meio do turismo, o objetivo do circuito é atrair novos investimentos e criar oportunidades, caracterizando a região como pólo-científico e potencial modelo de desenvolvimento para o País, sem excluir as raízes históricas e as tradições culturais de cada município. O CT<sup>2</sup> tem o apoio integral das instituições de ensino e pesquisas regionais representadas pela Fundação Fórum Campinas.

A RMC possui amplo sistema viário, ramificado e de boa qualidade, tendo como eixos principais: as Vias Bandeirantes e Anhangüera, em direção ao município de Limeira, e a Rodovia SP-304, rumo a Piracicaba. Há ainda a Rodovia D. Pedro I, que faz a ligação com o Vale do Paraíba. A malha viária permitiu uma densa ocupação urbana, organizada em torno de algumas cidades de portes médio e grande, revelando processos de conurbação já consolidados ou emergentes. Na figura 1 estão representadas as principais vias de acesso da RMC, de acordo com a Emplasa (2006).

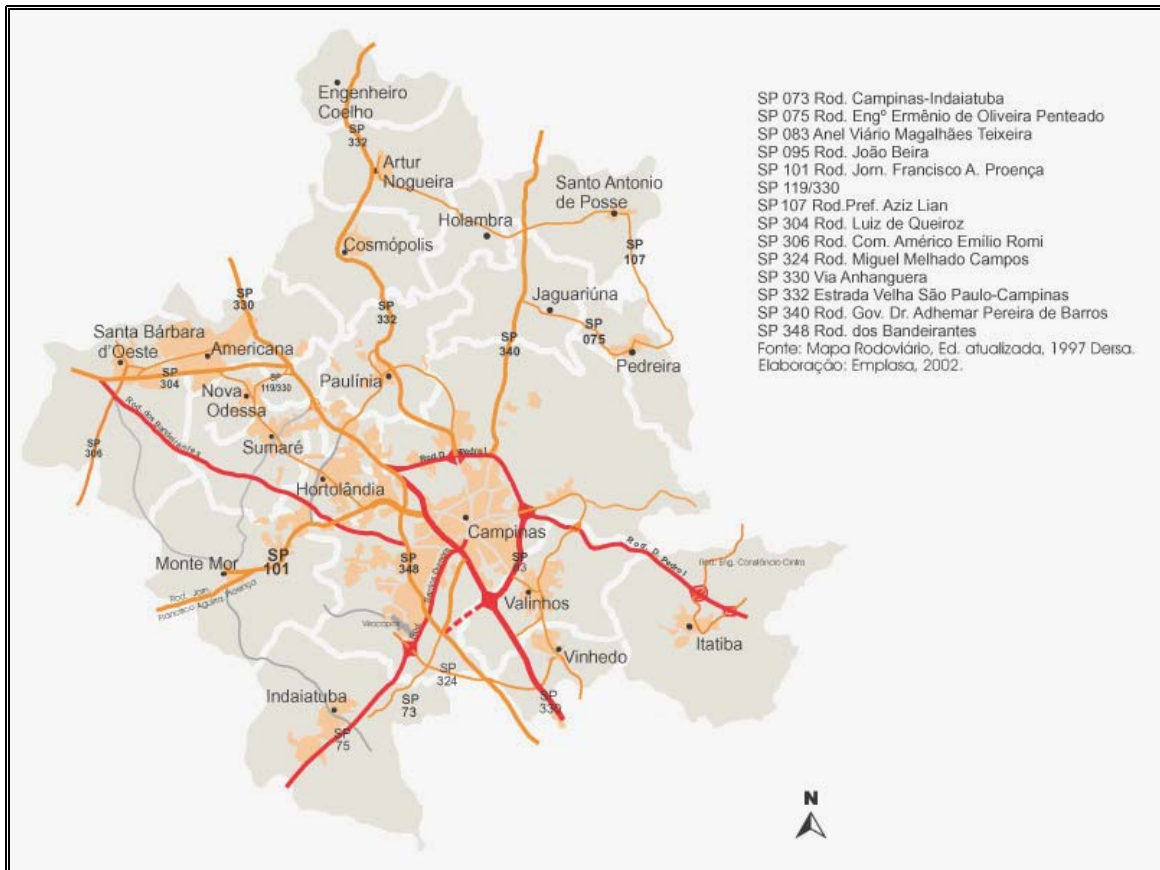


Figura 1 : Mapa das vias de acesso da Região Metropolitana de Campinas  
Fonte: Emplasa (2006)

Segundo Cano & Brandão (2002), as especificidades dos processos de urbanização e industrialização ocorridos na Região provocaram mudanças muito visíveis na vida das cidades. De um lado, acarretaram desequilíbrios de natureza ambiental e deficiências nos serviços básicos. De outro, geraram grandes potencialidades e oportunidades em função da base produtiva (atividades modernas, centro de tecnologia de ponta, etc.). Nesse cenário, cidades médias passaram a conviver com problemas típicos de cidades grandes. A proliferação de favelas, violência e pobreza urbana revela um padrão de crescimento perverso, que aprofunda as desigualdades sociais.

As cidades que contam com Cursos de Turismo em Ensino Superior, segundo a ABBTUR, são: Americana, Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna, Sumaré e Vinhedo, cujas principais peculiaridades são a seguir fornecidas, de acordo com informações de Cano & Brandão (2002) e Campinas & Região Convention and Visitors Bureau (2005).

**Americana** vem priorizando aliar o crescimento, o desenvolvimento urbano e industrial com a qualidade de vida. A cidade nasceu como fruto da migração de norte-americanos que fugiam da Guerra Civil. O desenvolvimento econômico do Município deu-se, inicialmente, por conta da indústria têxtil, que posteriormente constituir-se-ia em um grande pólo industrial. No entanto, a partir da década de 90, com a abertura comercial do País, algumas indústrias fecharam, devido à concorrência com outros mercados. A partir de então, com investimento em tecnologia, as indústrias restantes passaram a se recuperar do desgaste, voltando a ser referência no mercado nacional. A preocupação com as questões ambientais fez da cidade a sede do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba e Capivari. Como destaque no turismo, o Município dispõe de eventos conhecidos no País, como a Festa de Peão- que atrai turistas de toda a região metropolitana de Campinas, o Pólo Têxtil – que atrai compradores do País, favorecendo o turismo de negócios, e o patrimônio cultural proveniente da imigração norte-americana, italiana e alemã. O Município também se destaca pela oferta de Cursos Superiores em Turismo, em três Instituições de Ensino Superior, aqui denominadas IES A, IES B e IES C.

**Campinas**, maior cidade da RMC, é o principal motor econômico e cultural. Ao lado da tradição agrícola-cultural, o grande crescimento de Campinas deveu-se a inserção da educação e a tecnologia como binômio do desenvolvimento municipal. Como destaque no turismo, o Município atrai turistas de negócios, de eventos e outros com apelo ambiental e cultural. O município possui a área de proteção ambiental (APA) de Sousas e Joaquim Egídio, localizada nos distritos que deram o nome para essa área, de reconhecido valor ambiental sob pressão de urbanização, impondo-se a necessidade da adoção de mecanismos de gestão ambientalmente sustentável das atividades instaladas e a se instalar. Trata-se de uma região que abrange 217 km<sup>2</sup> do território do município (27,3 %) e possui 85% de sua área ainda inserida na zona rural.

A APA possui mais de 70% da cobertura vegetal primitiva existente em Campinas, e está representada por fragmentos florestais descontínuos, muitos deles de mata ciliar, razoavelmente isolados uns dos outros, mas em condições de preservação que ainda permitem a sua recuperação. É uma zona de recarga do



mais importante aquífero de abastecimento público do Município, alimentando os rios Atibaia e Jaguari, que cortam a área da APA e se inserem na bacia do rio Piracicaba, de grande importância regional. Os distritos, além de configurarem um quadro particular no contexto ambiental, também apresentam um importante conjunto de construções remanescentes do período canavieiro e cafeeiro, do início deste século, cujos elementos arquitetônicos, históricos e culturais merecem cuidados especiais. Essa região funcionou ainda como polo de atração da migração estrangeira, em especial, da migração italiana, que resultou na criação de tradições sociais e religiosas e que têm como referência física de apoio o cenário natural e o conjunto de obras civis ali implantadas.

O município de Campinas dispõe de somente duas IES com Cursos Superiores de Turismo, aqui denominadas IES D e IES E. A cidade também lidera a iniciativa para a implantação do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia.

**Indaiatuba** é outro município da RMC que busca associar o desenvolvimento econômico à qualidade de vida. A cidade dispõe de diversos condomínios de luxo, onde se pratica o polo. O Município possui localização estratégica, devido à proximidade de Campinas e do Aeroporto Internacional de Viracopos. Um usual meio de transporte é a bicicleta, dada a topografia predominantemente plana da cidade. Como destaque no turismo , existem o turismo religioso – por meio da Conferência Anual dos Bispos do Brasil, no mosteiro de Itaiçi; o turismo de lazer e as segundas-residências. A cidade participa do Circuito das Frutas- como forma de atrair turistas e de conservar a paisagem rural, e do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia – como forma de atrair mais turistas de negócios. O Município possui somente uma IES com Curso de Turismo, aqui representada IES F.

**Jaguariúna** é uma das cidades de maior crescimento econômico na RMC, nos últimos anos em função de um leque de investimentos envolvendo eventos de massa- como a Festa do Peão, vida noturna e empresas de alta tecnologia, atraídas por uma política fiscal favorável. Como destaque no turismo , há eventos e festas realizadas na cidade. O Município participa do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia e também participa do Circuito das Águas Paulista, com o objetivo de

fomentar os investimentos e aumentar a demanda turística. A cidade possui somente uma IES com Curso de Turismo, aqui representada por IES G.

**Sumaré** vem se destacando no cenário econômico estadual pelos altos investimentos recebidos pela implantação, na década de 90, de diversas indústrias, principalmente a automobilística. Expandiu-se como núcleo urbano a partir da instalação da estação ferroviária de Rebouças, em 1875. Rebouças foi o primeiro nome da cidade, tendo sido inicialmente bairro da zona rural de Campinas, emancipada em 1953. Como destaque no turismo, há eventos e negócios. Dada a sua natureza, o Município participa do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia e possui somente uma IES com Curso de Turismo, aqui representada por IES H.

**Vinhedo** é caracterizada por ser uma cidade-dormitório, com grande número de condomínios residenciais de pessoas que trabalham em São Paulo e Campinas. No entanto, nos últimos anos tem recebido diversas empresas no Distrito Industrial, assumindo maior desenvolvimento. Como destaque no turismo, há eventos como a Festa da Uva, o turismo de lazer e de negócios. O município participa do Circuito das Frutas, como forma de manter as paisagens rurais e o apelo turístico. Possui também uma IES com Curso de Turismo, aqui representada por IES I.

*“ A utopia está no horizonte, me aproximo dois passos, se distancia dois passos. Caminho dois passos e o horizonte corre dez passos mais. Por mais que eu caminhe nunca alcançarei. Para que serve então a utopia? Para isso, para caminhar.”*

*Eduardo Galeano*

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados requisitados para os propósitos da pesquisa junto às instituições da Região Metropolitana de Campinas foram de difícil acesso; muitas não compreendiam a natureza do trabalho, recusando-se a fornecer as informações buscadas.

Diversos documentos relacionados não estavam disponíveis livremente na Internet, por ausência temporária ou permanente do *site*, com cobrança de altas taxas para o acesso ao material.

No Quadro 2 estão relacionados os Cursos de Bacharelado em Turismo da Região Metropolitana de Campinas, devendo se ressaltar que dois dos nove cursos inicialmente pesquisados não são mais oferecidos, em razão da baixa procura pelos vestibulandos; estes estavam localizados em Sumaré e Indaiatuba.

Quadro 2: Oferta de Cursos de Bacharelado em Turismo na RMC

<b>Municípios da RMC</b>	<b>Oferta por Município</b>
Americana	3
Campinas	2
Indaiatuba	1
Jaguariúna	1
Sumaré	1
Vinhedo	1

Fonte : ABBTUR (2005)

Em 2006, somente as cidades de Americana, Campinas, Jaguariúna e Vinhedo ofereceram o Curso de Bacharelado em Turismo em seus processos seletivos. A falta de procura não se deveu somente à falta de planejamento e inexperiência de algumas entidades mantenedoras, mas também à falta de

esclarecimento do perfil profissiográfico do curso e orientações aos interessados. Isso acontece por não existir no País a cultura da procura de auxílio vocacional, bem como explicações mais aprofundadas sobre as profissões e as estruturas curriculares dos cursos. É importante salientar que na Região Metropolitana de Campinas não existem cursos de Bacharelado em Turismo de IES públicas, mas somente em IES privadas.

Observa-se a oferta mal distribuída geograficamente, o que leva a crer que a RMC não atentou adequadamente para a importância do turismo, nem mesmo sendo uma região com áreas de proteção ambiental situadas em locais estratégicos, tal como a Mata Santa Genebra, ao longo da estrada Campinas- Paulínia.

Segundo El-Khatib (2002), a Região Metropolitana de Campinas é dotada de diversos circuitos turísticos que auxiliam no fomento ao turismo regional; no entanto, a administração destes circuitos não é eficaz, criando concorrência entre os municípios, em vez de cooperação ou foco no desenvolvimento sustentável. Circuitos turísticos são compostos por municípios que possuem características comuns em determinada região, com a finalidade de fomentar a atividade turística por meio de ações planejadas, favorecendo todos os componentes do circuito.

Para o fomento do turismo sustentável, é de se esperar que o currículo esteja, minimamente, de acordo com as diretrizes curriculares instituídas pelo Ministério da Educação e a Secretaria de Ensino Superior. Assim, as IES com Cursos de Turismo devem ter em suas grades disciplinas como: Geografia do Brasil e Geografia Geral, Turismo e Meio Ambiente, e Planejamento e Organização do Turismo.

Segundo Nascimento (2002), a avaliação que é realizada pela comissão verificadora do MEC, privilegia a porcentagem atribuída nas estruturas curriculares para uma carga mínima de 3000 horas, distribuídas, no mínimo em 4 anos e no máximo de 7 anos. As porcentagens das disciplinas foram assim estabelecidas, respectivamente: formação básica 25%, formação profissional 45% e formação complementar 20% da estrutura curricular. A sustentabilidade também consta dos conteúdos curriculares, nas visitas técnicas ou estudos de caso, no relacionamento

entre o ensino superior e o aluno, para que este, assim que formado, possa colocar em prática todos os ensinamentos assimilados .

A cidade de Americana destaca-se pelo número de cursos ofertados, sendo o fator determinante para a escolha do curso o aspecto financeiro, e não o curricular, embora as três não possuam currículos parecidos. A **Instituição A** é um Centro Universitário de natureza-administrativa religiosa, com três *campi* no Estado de São Paulo. Ao contrário de outras instituições procedentes do mesmo grupo administrativo, a IES goza de perfeita saúde financeira e é conhecida por seus constantes investimentos na área de educação. O Curso de Turismo tem 180 horas/aula de disciplinas, diretamente relacionadas com a sustentabilidade da atividade turística, e outras 576 horas/aula de disciplinas indiretamente relacionadas com a área. Apesar da formação rápida , em apenas 6 semestres , o Bacharel em Turismo formado pela IES A tem condições de desenvolver-se como profissional da área atuante nas questões que envolvem o desenvolvimento sustentável, em função dos conteúdos dos componentes curriculares a seguir relacionados.

#### Grade Curricular – Instituição A

- Comunicação e Expressão
- História da Cultura
- Teoria e Técnica do Turismo I
- Metodologia da Pesquisa Científica
- Informática aplicada ao Turismo e à Hotelaria
- Geografia aplicada ao Turismo
- Patrimônio Cultural
- Língua Estrangeira
- Turismo e Meio Ambiente
- Estatística aplicada
- Transportes
- Antropologia Religiosa
- Macro e Micro Economia
- Legislação Turística e Hoteleira e Ética
- Técnicas de agenciamento

- Cartografia
- Filosofia
- Meios de Hospedagem
- Organização de Roteiros Turísticos
- Ciências Sociais, Lazer e Turismo
- Administração de empresas turísticas
- Lazer e recreação
- Psicologia
- PPOT I
- Organização de Eventos I
- Hospitalidade
- Marketing Turístico
- Alimentos e Bebidas
- Projeto de Pesquisa I
- Estudo de Viabilidade Econômica
- Empreendedorismo
- Tópicos emergentes
- Projeto de Pesquisa II
- Planejamento Urbano
- PPOT II

A **Instituição B** é administrada por uma grande Universidade do País, com diversos *campi* no Estado de São Paulo e em outros estados do Brasil. No entanto, essa IES não pode ser considerada um câmpus, porque é um Instituto. Sua organização administrativa e pedagógica é semelhante à dos demais *campi*, tendo, inclusive, a mesma grade curricular. Este curso tem duração de 8 semestres, oferecendo uma densa formação em planejamento e desenvolvimento turístico. No entanto, não oferece a formação básica necessária para a construção do conhecimento em desenvolvimento sustentável. Isso talvez possa ser justificado pela grande oferta paralela de cursos de pós-graduação (*lato sensu*), que possibilitam ao profissional uma especialização na área de interesse.

Grade Curricular – Instituição B

- Alimentos e Bebidas
- Análise Contábil e Financeira de Projetos Turísticos
- Ciências Sociais
- Comunicação e Expressão
- Cultura Popular Brasileira
- Estatística descritiva
- Estatística indutiva
- Estudo de Viabilidade
- Evolução da Arte
- Filosofia
- Filosofia da Ciência
- Fundamentos do Turismo
- Geografia do Brasil
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Recursos Naturais e Culturais
- Gestão e empreendedorismo
- História do Brasil
- Homem e Sociedade
- Hospitalidade e Turismo
- Interpretação e produção de textos
- Inventário turístico
- Lazer e entretenimento
- Língua espanhola
- Marketing Turístico e Hoteleiro
- Metodologia do Trabalho Acadêmico
- Métodos de Pesquisa
- Ordenamento Turístico e Ambiente
- Organização de eventos
- Orientação Metodológica
- Patrimônio cultural
- Planejamento e Políticas Públicas
- Planejamento Espacial e Territorial
- Plano de Desenvolvimento Turístico
- Prática de Gestão e Resultados

- Projeto de negócios para empresas turísticas
- Regime Jurídico em Turismo e Hotelaria
- Teoria do Planejamento
- Turismo e Meio Ambiente
- Turismo e Planejamento Participativo
- Turismo no Espaço Rural e Urbano
- Turismo : tendência e globalização

A **Instituição C** é administrada por uma associação que nasceu da necessidade de uma educação superior mais acessível, sendo a mais jovem das IES do município de Americana. Possui em sua grade curricular um grande número de horas/ aula destinadas aos conhecimentos básicos da Geografia, com 180 horas somente dedicadas para esta temática. Entretanto, possui somente 72 horas/aula voltadas para o planejamento e desenvolvimento sustentável da atividade turística . Nota-se também a ausência do ensino do binômio turismo e meio ambiente, concorrendo para a deficiência na formação do Bacharel em Turismo, mesmo com 8 semestres de curso.

#### Grade Curricular – Instituição C

- Metodologia Científica
- Fundamentos do Turismo
- Sociologia do Lazer
- Comunicação verbal e não verbal
- História da Cultura
- História da Arte
- Teoria Geral da Administração
- Viagens e Turismo
- Eventos
- Lazer e Recreação
- Economia
- Geografia Geral
- Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicada
- Inglês



- Economia aplicada ao Turismo
- Planejamento e Organização do Turismo
- Direito e Legislação aplicada ao Turismo
- Informática
- História do Brasil
- Introdução ao Marketing
- Estatística aplicada ao Turismo
- Psicologia aplicada ao Turismo
- Planejamento Turístico Municipal
- Cartografia
- Inglês aplicado ao Turismo
- Introdução a Hospedagem
- Transportes
- Cultura Brasileira
- Administração de Recursos Humanos
- Geografia do Brasil
- Espanhol
- Sistemas de informação aplicada ao Turismo
- Agências de Viagens e Turismo
- Gestão de Empresas de Turismo
- Ética e legislação aplicada ao Turismo
- Administração Financeira e Orçamentária
- Tópicos Especiais em Turismo
- Introdução a Alimentos e Bebidas
- Estratégias de Marketing em Hotelaria e Restauração
- Gestão e Controles Hoteleiros e de Restauração
- Higiene e Segurança do Trabalho
- Técnicas Publicitárias
- Marketing Turístico
- Elaboração de Projetos Turísticos
- Planejamento e Gestão de Hospedagem
- Língua Portuguesa
- Planejamento e Gestão de Negócios de Alimentos e Bebidas

Percebe-se que as ofertas de Ensino Superior em Turismo em Americana são diferentes pela natureza curricular dos cursos, sendo que somente uma das instituições possui a carga horária necessária a formação do Bacharel em Turismo voltada para o desenvolvimento sustentável. Isso também entra em conflito com a preocupação ambiental municipal, com amplos recursos naturais dispostos na região.

No município de Campinas a oferta é equilibrada; são somente dois cursos em duas Instituições de Ensino Superior, em duas grandes Universidades. No entanto, são cursos de difícil acesso por parte de uma camada da população desprovida de recursos financeiros suficientes.

A **Instituição D** é uma organização de ensino bem antiga na região, com o Curso de Turismo implantado ainda na década de 70 e reconhecido como um dos melhores da área. Por lá já passaram diversos alunos que hoje são destaque no mercado turístico nacional. Contudo, a situação administrativo-financeira da IES tem mostrado comprometimentos que conduzem a reclamações por parte dos alunos, falta de investimentos e ambientes depredados. A grade curricular do curso é tradicional, sendo necessários 8 semestres para sua integralização. Os alunos recebem a carga horária necessária para a construção do conhecimento e aplicação para a sustentabilidade turística, porque, além das disciplinas, participam ativamente de projetos de iniciação científica e desenvolvimento de comunidades.

#### Grade Curricular – Instituição D

- Administração de Recursos Humanos em Turismo
- Administração Financeira e Contábil Aplicada ao Turismo
- Agenciamento de Viagens A
- Agenciamento de Viagens B
- Antropologia Cultural
- Antropologia Teológica
- Cartografia em Turismo
- Comunicação Verbal e Não-Verbal
- Economia Aplicada ao Turismo

- Empreendedorismo
- Entretenimento
- Espanhol Aplicado ao Turismo
- Estágio Supervisionado em Turismo
- Estatística Aplicada ao Turismo
- Estética e História da Arte
- Ética e Legislação Aplicada ao Turismo
- Eventos em Turismo
- Fundamentos do Turismo
- Geografia Aplicada ao Turismo A
- Geografia Aplicada ao Turismo B
- Gestão de Atrativos e Recursos Turísticos
- Gestão de Empresas de Turismo A
- Gestão de Empresas de Turismo B
- Higiene e Segurança do Trabalho em Turismo
- História do Brasil
- Inglês Aplicado ao Turismo
- Laboratório de Agenciamento de Viagens
- Laboratório de Hospedagem e de Alimentação
- Laboratório de Planejamento em Turismo
- Laboratório de Turismo
- Marketing Institucional e Técnicas Publicitárias
- Marketing Turístico A
- Marketing Turístico B
- Meio Ambiente e Turismo
- Meios de Hospedagem e de Alimentação
- Metodologia Científica
- Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo
- Planejamento e Gestão de Meios de Hospedagem e Alimentação
- Planejamento e Organização do Turismo
- Planejamento Turístico Municipal
- Prática de Formação
- Projetos Turísticos
- Psicologia Aplicada ao Turismo
- Redação Aplicada ao Turismo

- Serviços de Hospedagem e de Alimentação
- Sistemas de Informação Aplicados ao Turismo
- Sociologia do Lazer
- Teoria Geral do Turismo
- Tópicos Especiais em Turismo
- Transportes Aéreos e de Superfície

A **Instituição E** é atualmente uma das mais conhecidas do País. Possui diversos campi espalhados pelo Estado de São Paulo e outros estados do Brasil. O primeiro foi instalado na Capital paulista, no final da década de 80; na década de 90 expandiu para outras localidades, e atualmente reduziu sua oferta para evitar aparente ociosidade do curso. A grade curricular é igual em todo País, favorecendo a padronização dos cursos, porém empobrecendo o conhecimento das características regionais das localidades onde são ofertados. Possui formação de bacharéis em 8 semestres com perfil generalista, com ênfase em planejamento e desenvolvimento da atividade turística. Todavia, verifica-se que o curso não possui uma carga horária desejável para a base do conhecimento. A IES E realiza trabalhos de interdisciplinaridade e de viabilidade turística nas comunidades do entorno, envolvendo alunos, professores e membros da comunidade. Apesar disso, pela falta de base, os alunos têm dificuldade de fixar conteúdos e acabam dirigindo-se a programas de pós-graduação(lato sensu), disponíveis na própria instituição.

#### Grade Curricular – Instituição E

- Alimentos e Bebidas
- Análise Contábil e Financeira de Projetos Turísticos
- Ciências Sociais
- Comunicação e Expressão
- Cultura Popular Brasileira
- Estatística descritiva
- Estatística indutiva
- Estudo de Viabilidade
- Evolução da Arte
- Filosofia

- Filosofia da Ciência
- Fundamentos do Turismo
- Geografia do Brasil
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Recursos Naturais e Culturais
- Gestão e empreendedorismo
- História do Brasil
- Homem e Sociedade
- Hospitalidade e Turismo
- Interpretação e produção de textos
- Inventário turístico
- Lazer e entretenimento
- Língua espanhola
- Marketing Turístico e Hoteleiro
- Metodologia do Trabalho Acadêmico
- Métodos de Pesquisa
- Ordenamento Turístico e Ambiente
- Organização de eventos
- Orientação Metodológica
- Patrimônio cultural
- Planejamento e Políticas Públicas
- Planejamento Espacial e Territorial
- Plano de Desenvolvimento Turístico
- Prática de Gestão e Resultados
- Projeto de negócios para empresas turísticas
- Regime Jurídico em Turismo e Hotelaria
- Teoria do Planejamento
- Turismo e Meio Ambiente
- Turismo e Planejamento Participativo
- Turismo no Espaço Rural e Urbano
- Turismo : tendência e globalização

Observam-se certas semelhanças com as grades curriculares do município de Campinas, em determinados aspectos, apesar das demais diferenças; porém,

devido ao alto custo dos cursos, a demanda de alunos interessados no ingresso da profissão acaba migrando para o entorno, ou vai buscar uma formação generalista, a exemplo do curso de administração e, depois de concluído, procura realizar uma especialização em área afim, de maior interesse.

A **Instituição G** está alocada no município de Jaguariúna, com apenas 5 anos de atividade, tendo reconhecido seu curso recentemente. O curso possui uma grade curricular generalista, com a justificativa de fornecer aos alunos opções na empregabilidade, mas o maior problema no currículo é a ausência de horas mínimas em disciplinas de base. A Cidade vem se firmando como um verdadeiro polo tecnológico, com expressiva arrecadação oriunda das empresas de grande porte aí instaladas.

#### Grade Curricular – Instituição G

- Administração Geral
- Teoria Geral do Turismo
- História do Brasil
- Comunicação e Produção de Textos
- Antropologia Cultural e Gastronomia Brasileira
- Informática Básica
- História da Arte e Museologia
- Sociologia do Turismo
- Metodologia do Trabalho Científico
- Psicologia do Turismo
- Pesquisa
- Organização de Eventos
- Geografia do Brasil
- Economia, Política e Turismo
- Cartografia e Transportes Turísticos
- Turismo e Meio Ambiente
- Contabilidade
- Meios de Hospedagem
- Inglês Instrumental

- Agência de Viagens
- Finanças
- Planejamento Turístico
- Lazer e Recreação
- Cerimonias
- Marketing Turístico
- Projetos Turísticos
- Alimentos e Bebidas
- Espanhol Instrumental
- Inglês Técnico
- Empreendedorismo
- Direito e Legislação do Turismo
- Estágio Supervisionado
- Trabalho de Conclusão de Curso

A **Instituição I** está localizada no município de Vinhedo, sendo uma das mais recentes, dentre as investigadas, tendo sido instalada em 2000. O curso já passou por diversas mudanças em sua grade curricular e possui carga horária condizente com a diretrizes curriculares do MEC. O diferencial do curso é a inclusão do aluno na prática por meio de projetos sociais, nos quais eles são tutorados por professores de eixos temáticos, que interagem, favorecendo a interdisciplinaridade. Outra diferença importante é na demanda: 40 % dos alunos são provenientes de cidades vizinhas, tais como: Itatiba, Valinhos, Jundiaí, Louveira e Campinas. Acredita-se que o custo do curso e as bolsas de estudo contribuam para um aumento da demanda.

#### Grade Curricular – Instituição I

- Aspectos Econômicos do Turismo I
- Português Instrumental I
- Introdução aos Meios de Hospedagem I
- Sociologia Aplicada ao Turismo I
- Geografia Aplicada ao Turismo I
- Língua Espanhola I

- Psicologia Aplicada ao Turismo e Hotelaria I
- Teoria Geral do Turismo I
- Aspectos Econômicos do Turismo II
- Português Instrumental II
- Introdução aos Meios de Hospedagem II
- Sociologia Aplicada ao Turismo II
- Geografia Aplicada ao Turismo II
- Língua Espanhola II
- Psicologia Aplicada ao Turismo e Hotelaria II
- Teoria Geral do Turismo II
- Eventos I
- Transporte e Agenciamento I
- Teoria Geral da Administração I
- Inglês Instrumental I
- Estatística Aplicada ao Turismo e a Hotelaria I
- História das Civilizações I
- Planejamento e Organização do Turismo I
- Legislação I
- Fundamentos da Matemática Financeira I
- Eventos II
- Transporte e Agenciamento II
- Teoria Geral da Administração II
- Inglês Instrumental II
- Estatística Aplicada ao Turismo e a Hotelaria II
- História das Civilizações II
- Planejamento e Organização do Turismo II
- Legislação II
- Fundamentos da Matemática Financeira II
- Técnicas de Recreação I
- Espaços Culturais e o Turismo I
- Administração de Empresas Turísticas I
- Meio Ambiente I



- Planejamento Turístico I
- Direito Turístico e Ambiental I
- Transporte e Agenciamento III
- Marketing I
- Técnicas de Recreação II
- Espaços Culturais e o Turismo II
- Administração de Empresas Turísticas II
- Meio Ambiente II
- Planejamento Turístico II
- Direito Turístico e Ambiental II
- Transporte e Agenciamento IV
- Marketing II
- Trabalho de Conclusão de Curso I
- Gestão de Hospitalidade I
- Gestão de Recursos Humanos I
- Gestão de Lazer I
- Administração Contábil e Financeira I
- Gestão de Restauração I
- Administração de Empresas Turísticas III
- Ética e Organização do Turismo I
- Trabalho de Conclusão de Curso II
- Gestão de Hospitalidade II
- Gestão de Recursos Humanos II
- Gestão de Lazer II
- Administração Contábil e Financeira II
- Gestão de Restauração II
- Administração de Empresas Turísticas IV
- Ética e Organização do Turismo II

Nota-se que, apesar de o Município não possuir demanda suficiente para a manutenção da oferta, a IES tem um grande papel social ao alojar a demanda não atendida do entorno e quando favorece as comunidades vizinhas com seus projetos.

A Região Metropolitana de Campinas não possui uma oferta expressiva de **Cursos de Bacharelado em Turismo**. Dos cursos cadastrados no MEC, somente seis estão em vigor. Nota-se também que somente duas das sete instituições pesquisadas trabalham integralmente os conteúdos, fornecendo um referencial teórico ao aluno; são as Instituições A e D, localizadas, respectivamente nos municípios de Americana e Campinas. Observa-se que a Instituição I possui uma grade condizente com as necessidades de uma educação para sustentabilidade se for considerado em conhecimento prévio em Geografia, estando, por tanto, dependente do grau de conhecimento dos discentes.

É importante lembrar que essa análise constitui-se na verificação de um currículo mínimo para sustentabilidade, para formação de um bacharel em turismo consciente dos três pilares o meio ambiente, a economia e a sociedade. De acordo com o documento da Unesco (2005), a educação para o desenvolvimento sustentável deve contemplar todo o currículo voltado para este princípio, no entanto é compreensível que esta seja uma iniciativa a ser tomada, inicialmente, pelo ensino público, pois segundo Souza (1991) o ensino privado encontra-se demasiadamente mercantilizado.

Durante a coleta de dados para análise, foi necessário pesquisar os tipos de turismo adotados na Região Metropolitana de Campinas, bem como as ações para fomento da atividade. Nota-se que, mesmo as cidades que mencionaram o segmento de turismo como parte integrante da economia local iniciaram sua organização na última década e, com isso, o acesso às informações torna-se dificultoso.

A existência de circuitos turísticos consolidados a partir de 2000 auxilia o crescimento e desenvolvimento econômico, porém estes têm revelado pequena influência no processo educacional dos futuros pensadores e profissionais da área. Todo avanço tecnológico produzido na região não tem se mostrado capaz de romper barreiras políticas e estabelecer espaços globalizados. Enquanto outros países mais desenvolvidos e conscientes colocam em prática a década para uma educação sustentável, a região metropolitana fica centrada, quase exclusivamente, no desenvolvimento tecnológico, esquecendo-se que no futuro possa faltar vida nos

ambientes onde só haja tecnologia, ou seja, ignorando, na maior parte dos casos, o aspecto da sustentabilidade.

De acordo com Magalhães (2002), a Organização Mundial do Turismo reconhece que muitos progressos já foram alcançados desde que a questão da sustentabilidade tocou o setor. Ela aponta uma sensibilização crescente dos principais atores envolvidos, que se expressa principalmente em iniciativas do setor público e no avanço de tecnologias para amenizarem os impactos negativos provocados pelo turismo, sem esquecer algumas providências da iniciativa privada. No entanto, relata que alguns fatores permanecem restringindo o processo de implementação de políticas e ações para o desenvolvimento turístico sustentável.

Ainda segundo a autora, no Brasil, pode se observar a presença de muitos dos fatores elencados pela OMT: escassa integração das políticas públicas de turismo com as demais políticas de governo, insuficiência de recursos destinados aos órgãos públicos de administração do turismo, assim como a falta de recursos públicos para obras de infra-estrutura básica e para fiscalização das atividades turísticas, que, somados à carência de dados para a construção de indicadores de sustentabilidade, são os que mais se destacam dentro do setor público.

No setor privado, falta ainda maior engajamento e investimentos para uma gestão socioambiental responsável; a fragmentação em pequenas e micro empresas pode também ser apontada como outro fator negativo para a difusão mais intensa de práticas sustentáveis. Entretanto, não se pode hoje pensar estrategicamente uma empresa ou definir políticas públicas ignorando a sustentabilidade.

Acredita-se, de acordo com Godfrey & Clarke (2000), que a sustentabilidade só pode existir parcial e localmente, pois, se for considerada a complexidade da questão ecológica, pode se constatar que não existe, até hoje, nenhuma atividade que possa ser tida como sustentável, nem para o meio natural e nem para aqueles que nele vivem.

Assim, não se pode discutir a sustentabilidade no turismo isolando esta atividade de outras, que podem afetá-la negativamente, como, por exemplo, a industrial, responsável pela maior parte dos problemas ambientais atuais.

Percebe-se que a sustentabilidade da atividade turística depende da sustentabilidade de outras atividades, todas inseridas em um macro ambiente econômico, que abrange não somente o setor de serviços ou industrial, como também o setor primário da economia, já que a indústria de alimentos funciona como fornecedora da indústria da hospitalidade.

Muitos documentos acadêmicos seguem refletindo sobre os turistas (apontados como os principais causadores dos impactos) pois, pode-se consumir cultura, paisagens, como também, aprender novas formas de solucionar problemas observando o folclore e as culturas tradicionais, posto que, o homem da terra (ou comunidades tradicionais) em sua simplicidade, antes observa o movimento da natureza pela força das estações do ano e, então, compõe seus cardápios, menus e utensílios domésticos que, para o homem urbano, são mais do que fonte de suavidade e alegria, mas antes, supõem o resgate da finalidade inicial do turismo exposta por Barreto (1995), a saber, educação do espírito humano, até que medidas mais abrangentes e eficazes sejam mais conseqüentes sobre o tema.

Pelo exposto, muitas pesquisas científicas buscam caminhos, estratégias e metodologias para mudar os paradigmas sociais de que o entendimento está na ausência de lazeres urbanos nas fontes emissoras de turistas, e não nas fontes receptoras, que no entanto não podem prescindir da equivalência de preocupações na recepção de visitantes, sejam eles de qualquer natureza (excursionistas, turistas, veranistas ou outros).

Do ponto de vista da educação, há que transmitir a importância da percepção dos turistas sobre o ambiente visitado, de modo a propiciar mudanças de comportamento, não apenas durante a visita, como também em seus retornos, tendo em vista que uma viagem tem o potencial de transformar a vida humana pela aquisição de cultura e observação de outras formas de se comportarem.

É freqüente o turismo convencional e predatório inserir-se em áreas pobres, de uma forma desordenada. A tendência, nesses casos, é estabelecer barreiras econômicas e sociais, criando verdadeiros “guetos” fechados, estabelecendo um distanciamento em relação à sociedade local. Pode, assim, ocorrer a retirada da população de seu lugar habitual para dar lugar a hotéis e/ou centros de convenções,

concorrendo para o aumento de criminalidade, prostituição e uso de drogas. Contudo, a atividade turística pode resgatar a identidade cultural, a auto-estima da população local e proporcionar a conservação do patrimônio cultural da destinação.

Ambientalmente, a atividade turística pode ser responsável pela poluição do ar e da água, além do agravamento da falta de local adequado para a destinação do lixo, ou ainda representar perigo para a arqueologia e a história. No entanto, o turismo também pode ser o meio mais viável para a conservação de áreas naturais e lugares históricos importantes da região.

Um passo importante para a oferta turística é a capacitação e formação da mão-de-obra, ocorrendo, entretanto, uma irregularidade entre o que é pretendido e o que é ofertado. É de improvável sucesso a localidade que oferece a atividade sem possuir prestadores de serviço bem formados, pois esse aspecto pode constituir um dos fatores determinantes no processo de insatisfação do turista, como cliente.

Torna-se, então, extremamente difícil e também arriscado fazer um julgamento precoce acerca da possibilidade de existir ou não sustentabilidade na atividade turística, sem que se tenha estudado exaustivamente o assunto dentro de uma visão mais sistêmica, porque é impossível desmembrar todas as partes que compõem este todo. O turismo organizado, tal qual se conhece hoje, é ainda bastante incipiente e tende a seguir os modelos de desenvolvimento já praticados pelos outros setores. Dentro de um debate mais amplo sobre o turismo, é preciso incluir a reflexão e a discussão sobre sua sustentabilidade, pois esta atividade representa um importante fator na conquista do desenvolvimento.

O turismo sustentável não se restringe apenas proteção à natureza; ele também está ligado à viabilidade econômica a longo prazo e, principalmente, à justiça social. Com base na definição de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, deve se desenvolver o turismo buscando conciliar os interesses dos visitantes, ansiosos por explorarem o local visitado. Por outro lado, segundo Dias (2003), deve se garantir aos nativos a permanência dos elementos fundamentais que caracterizam a sua localidade - o meio ambiente, a cultura, a história, o estilo de vida - e, assim, possibilitar que seus herdeiros possam usufruir dos mesmos. Deve

haver um equilíbrio entre os interesses diversos, tais como a conservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, a melhoria da balança comercial e o enriquecimento da experiência dos turistas.

O planejamento da evolução do turismo a partir do enfoque do desenvolvimento sustentável apresenta-se como a forma preventiva ideal para proteção dos meios visitados, conservando a natureza, oferecendo conforto e satisfação ao turista sem agredir a originalidade das comunidades receptoras.

Na pesquisa ora desenvolvida nas IES, identificou-se quase total desconhecimento de programas e documentos desenvolvidos pela UNESCO e da Organização Mundial do Turismo para a sustentabilidade turística em Educação Superior . Ressalta-se, contudo, a existência de ações isoladas por parte do Ministério do Meio Ambiente, com oficinas de educação ambiental, que apenas operam com o ensino fundamental, porém de longo alcance na massa populacional.

O economista Ignacy Sachs comenta que :

“Não há quaisquer limites ecológicos ou falta de tecnologia que impeçam sua superação. Conclui-se assim, que os obstáculos são sociais e políticos”. (Sachs, 2000).

Este autor, assim como muitos outros, apontam para uma condição em que os impactos oriundos da recepção de pessoas conclamem a comunidade acadêmica para pensar soluções de amplo espectro, para que, no mínimo, estruturarem-se novos Bacharéis em Turismo mais qualificados para a pesquisa e o planejamento.

Entretanto, a maioria dos problemas, em especial os de ordem ambiental, ainda permanecem sem um equacionamento possível de generalizações para o sistema do turismo como um todo, apesar de serem freqüentes campanhas com as populações para uma cidadania responsável, imbuída de diálogo transparente, em face dos conflitos mais claramente identificados.

Assim, o papel do curso superior de turismo é o da formação do indivíduo com conhecimento universal, para o desenvolvimento de competências e habilidades para que o Bacharel seja o agente de transformação da realidade do setor. Segundo Ansarah (2002) e Dencker (2001), existe também a necessidade de o curso estar inserido dentro da realidade local, para que os turismólogos possam contribuir efetivamente para a sociedade. Apesar de ter surgido na década de 70, com uma proposta tecnicista, o curso foi concebido com a missão de formar planejadores.

O turismo é um campo novo de conhecimento, no qual há muito ainda a ser explorado. O turismo regional passa por mudanças constantes, sendo diversos os circuitos turísticos e muitas políticas públicas, de modo que o profissional deverá saber lidar com órgãos públicos, para, de fato, poder contribuir para o bem estar da comunidade. Nessas condições, o turismólogo agirá indiretamente para que os custos do produto sejam mais acessíveis a outras classes econômicas, contribuindo para que, num futuro próximo os benefícios não se restrinjam a uma minoria, mas, sim, um direito necessário de todos os cidadãos, até mesmo porque trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável gera a possibilidade da continuação da atividade para as próximas gerações e, numa visão egocêntrica, uma possível reserva de mercado.

Em se tratando da formação dos alunos de graduação em Turismo, revela-se de grande importância o diálogo e a delimitação clara sobre as funções clássicas de cada área, cujo envolvimento com o turismo muito acrescenta no universo dos jovens. Nota-se que o debate sobre a temática da sustentabilidade e as atribuições imediatas do turismo tem sido ainda pouco dialogado nos Cursos de Turismo. Ressalta-se a contribuição da educação para a implantação do turismo sustentável, já que, para tanto, parte-se da hipótese que se deve consolidar antes a ideologia da sustentabilidade nas relações do sistema do turismo exposto por Beni (1998).

As questões teóricas devem proporcionar um embasamento levando o profissional a refletir sobre o turismo, tanto nas questões de planejamento e gerenciamento, como nas de produção, distribuição e comercialização. Espera-se um posicionamento profissional que busque a qualidade das atividades turísticas e

das empresas de turismo, bem como a maximização dos efeitos positivos e a minoração dos efeitos negativos que a atividade produz sobre as sociedades e o meio ambiente. Segundo Ruschmann (1997) e Ferretti (2002), como o turismo é uma área de conhecimento em evolução, caberá aos futuros bacharéis auxiliar, com pesquisas e reflexões, detalhamento sobre as questões envolvidas.

Lembrando Bonfim & Freitag (2005), o turismólogo é o cientista de uma ciência que tem como peculiaridade depender do fator ambiente ou paisagem, sem o qual o turismo não se realiza. Diante disso, é necessário que se idealize a sustentabilidade como meta de garantia da preservação do ambiente, da participação da comunidade local e da continuidade do recurso natural, minimizando os impactos gerados no meio ambiente, nas culturas locais, na fauna e na flora, idealizando uma consciência do usuário do produto turístico.

A tecnologia tem sempre uma função muito importante nos processos de implantação de uma educação sustentável, pois ela auxilia a difundir o conhecimento globalmente; no entanto, concordando com Swarbrooke (2000), ela deve ser utilizada corretamente, porque deve respeitar culturas e valores locais nas definições e ensinamentos sobre sustentabilidade. Deve se dar a devida importância à tecnologia da informação como ferramenta no desenvolvimento discente e na relação ensino-aprendizagem; particularmente no ensino do turismo, a ferramenta pode auxiliar a remoção de eventuais obstáculos, perfazendo um ambiente globalizado, rico em experiências culturais. Acrescida à situação, a velocidade do desenvolvimento tecnológico impulsiona a economia e as práticas sociais a caminharem rapidamente, demandando uma educação permanente, contínua e a formação dos indivíduos mais versáteis e adaptáveis às mudanças.

Em acordo com Chalita (2006), no mundo atual, cada vez mais interligado, competitivo e globalizado, são claramente percebíveis as necessidades de compartilhamento do conhecimento e dos saberes. Assim, observa-se uma crise no modelo de ensino em que a maioria dos profissionais de hoje foram formados, com a necessidade de novos modelos para preparar o indivíduo para o que a sociedade atual necessita.



No campo técnico-científico dispõem-se de diversos métodos de ensino, na busca constante da evolução; no entanto, ainda não se consegue, via de regra, acompanhar a velocidade do corpo discente. Se já se sente isso nos alunos de hoje, como serão os alunos do amanhã? Cabe ao professor fazer do repensar do ensino uma constante, cuja meta vale para as diversas formações e níveis de aprendizado.

Humildade para o educador manter-se em segundo plano, constitui uma característica importante; uma analogia metafórica adequada é lembrar que o juiz de um jogo é tido como bom quando os jogadores e a torcida não percebem a sua presença. Nem todos os docentes aceitam isso, mas, em geral aqueles que assim procedem, percebem o adicional vantajoso no rendimento do processo de ensino.

De acordo com o documento da Unesco(2005), o educador de hoje deve pensar no amanhã, utilizando-se de pedagogias diferentes, para que juntos educador e educando, possam construir o conhecimento necessário às gerações futuras.

## 5. CONCLUSÕES

O turismo vem se firmando como ciência humana e social , porém, suas implicações econômicas são as que habitualmente mais se destacam, merecendo não apenas a atenção principal de pesquisadores e empreendedores, como também maior e melhor tratamento estatístico.

O objeto de estudo do turismo é personalizado e nele se congregam também variáveis e métodos de análise de outras ciências mais tradicionais e consolidadas. Essa conexão, além de conferir-lhe interdisciplinaridade, possibilitou, ao longo do processo de seu desenvolvimento, que o turismo atingisse mais amplitude e modernidade, podendo ser hoje definido como ciência da expressão do homem no mundo global, competitivo e que quer se transcender rumo a uma nova visão de valores universalistas.

Em virtude da globalização, o turismo começa a superar o qualificativo de setor estanque em que foi instrumento de destacada contribuição; está sempre presente como fundamento na formulação, elaboração e execução de muitas políticas econômicas, regionais, sociais e culturais de vários países.

Em função da magnitude da Região Metropolitana de Campinas, constatou-se uma relativa escassez de cursos de turismo na região, com aglutinação da oferta em cidades vizinhas, ausência de personalização do currículo dos cursos em consonância com as peculiaridades locais e a falta de conhecimento adequado sobre a questão da sustentabilidade. Percebe-se também um descompasso entre as intenções de implementação do turismo por parte do poder público local e as oportunidades de capacitação e formação de mão-de-obra.

Verifica-se que muitos municípios não possuem a rigor, real vocação turística; no entanto, insistem em invocá-la aventando possibilidades de investimentos grandiosos para as cidades. A oferta da atividade turística deve estar embasada na existência de um produto; caso contrário, o município passa a vender uma inverdade.

O decantado desenvolvimento sustentável, aspiração a que se almeja para as diversas atividades, é ainda um mito num país como o Brasil, que ainda está longe de resolver seus problemas básicos de saúde, moradia, educação etc, e nem tampouco ultrapassou este estágio primário de miséria econômica, e, sobretudo, moral. Contudo, há verdadeiros nichos isolados, ou regionais, onde as perspectivas de ações sérias parecem tornar-se apropriadas ao desenvolvimento dos mesmos.

O conceito de sustentabilidade adquiriu importância-chave no movimento ecológico, e um dos grandes desafios da atualidade, consiste em criar comunidades sustentáveis, isto é ambientes sociais e culturais nas quais se possam satisfazer as necessidades e aspirações das populações sem comprometer negativamente as gerações futuras.

A promoção do turismo no quadro do desenvolvimento sustentável implica maior atenção das necessidades dos seus usuários e dos países e regiões hospedeiras, a partir de uma gestão responsável dos recursos ambientais, culturais, ecológicos, econômicos e sociais.

O reconhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção e de pensamento para garantir a nossa adequada sobrevivência ainda não atingiu muitas pessoas. Essa percepção pode ser mudada por meio da educação, não apenas a ambiental, mas também a educação de modo generalizado, com o foco na sustentabilidade. Esta deve ser uma preocupação que já tenha início no ensino fundamental com a transversalidade de temas relacionados com o desenvolvimento sustentável como, por exemplo, estudos do meio ou turismo pedagógico – a interação do indivíduo ainda criança com o meio. Um currículo com foco na sustentabilidade sugere a formação de indivíduos mais atualizados e conscientes de sua cidadania, voltados para o bem-estar das futuras gerações.

Nesse sentido, a Região Metropolitana de Campinas deveria utilizar toda sua tecnologia e pesquisa para a implantação de um sistema educacional que favorecesse uma consciência turística voltada à sustentabilidade regional.

Esta sustentabilidade não deveria ficar restrita às aulas de geografia e meio ambiente, mas seu princípio deveria nortear todo perfil dos cursos, porém mesmo numa região adiantada como a RMC estudada isso dificilmente se generaliza, contrariando a hipótese formulada inicialmente. Toda via, há que se batalhar intensamente para que estas preocupações sejam incorporadas naturalmente no dia-a-dia dos cidadãos, com ampla difusão para comunidades.

Para isso, há que reorientar o padrão de consumo em todas as esferas, ambicionando-se, no caso do turismo, a participação da população fixa e dos profissionais dessa atividade. Além disso, é necessário que os governos, não só por seus instrumentos econômicos, mas também, por sua inquestionável contribuição oferecida a partir dos institutos de pesquisas, ofereçam parâmetros, ambientais ou não, para um planejamento coerente.

A pesquisa efetuada revelou que ainda não se cristalizou o real significado do termo "desenvolvimento sustentável", com seus reflexos sobre o turismo. Alunos, docentes e pesquisadores de turismo deixam de perceber, por vezes, que sustentável deve ser aquela atividade turística bem fundamentada - uma oferta forte, passível de consolidação. A explosão dos cursos de turismo por todo o País fomenta a atividade e a capacitação dos profissionais se for feita corretamente; caso contrário, pode ser um dos fatores para a insustentabilidade da atividade turística.

Impactos sempre existirão, mesmo que se planeje a atividade levando em consideração os princípios que regem o crescimento sustentável. O que está ao alcance de ser feito é procurar minimizar tais impactos, mas, para isso, cada agente envolvido no processo - turistas, residentes, empreendedores e autoridades públicas locais têm que fazer a sua parte. A soma do que cada um vier a fazer, parcialmente e localmente - em nível de empresa, município ou região - é que permitirá que o turismo avance em termos de sustentabilidade. Somente se conseguirá algo de concreto e eficaz, no nível micro-estratégico, quando se pensar globalmente e se agir localmente.

Nesse sentido, talvez seja oportuno analisar casos isolados de empresas e núcleos que realizam ações consideradas inseridas num desempenho sustentável na atividade turística. Após se obter um grande conjunto de atividades cujo

desempenho for tido como sustentável, poder-se-á, mais adequadamente, ampliar a questão da sustentabilidade de uma forma mais convincente. Porém, nem sempre se pode afirmar categoricamente que o almejado desenvolvimento sustentável esteja ocorrendo genericamente onde essas empresas atuam. Assim, propõe-se que comecem a ser analisadas micro-estratégias que possam, em conjunto, contribuir para o alcance da sustentabilidade como um todo. Ainda assim, não é totalmente defensável que o desenvolvimento sustentável possa ser atingido em todos os seus aspectos: econômico, sócio-cultural e ambiental, pois os interesses de cada um destes componentes usualmente não convergem para um ponto comum. Às vezes, é a partir de uma utopia que se pode aproximar mais de uma condição ideal realizável.

## 6. REFERÊNCIAS

ABBTUR. Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo. **Cadastro das IES da região sudeste**. Disponível em [http:// www.abbtur.org.br/cursosdeTurismo](http://www.abbtur.org.br/cursosdeTurismo). Acesso em : 29/11/05.

AGENDA 21. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília,DF, 1996.

ANSARAH, M. (org) . **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo : Senac, 2001.v.2

ANSARAH, M. **Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria: reflexões e cadastro das Instituições Educacionais do Brasil**. Aleph: São Paulo, 2002.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BARRETO, M. **Planejamento responsável do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus,2005.

BARRETO, M.(org.) **Discutindo o ensino universitário em Turismo**.Campinas,SP : Papyrus,2004.

BARROS, R. A universidade e a promoção do desenvolvimento sustentável. In: **Seminário Internacional de Ciência e Tecnologia na América Latina**. Campinas, SP: UNICAMP,2005.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BENSUASCHI, M. **A cada 4 dias 1 curso de turismo é criado no Brasil: educação ou lucro?** Disponível em : [http://:www.turismologia.com.br](http://www.turismologia.com.br). Acesso em : 18/06/2006.

BONFIM, I.O.; FREITAG, M.J. **Educação em Turismo:conhecimento crítico versus técnica**. Revista Espaço Acadêmico. Número 50, 2005.

**BRASIL.Constituição da República Federativa do Brasil** . São Paulo: Saraiva, 1989.

CALDER, W. The UN Decade of Education for Sustainable Development – a progress report. In: **The Declaration** – Association of University Leaders for a Sustainable Future. Volume 7. Número 2, p. 1, 5-8, 2005.

CALLENBACH, E. CAPRA, F. **Gerenciamento ecológico**. São Paulo: Cultrix, 1993.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo : Edunesp, 1990.

CAMPINAS E REGIÃO CONVENTION & VISITORS BUREAU. Disponível em: <http://www.campinas-regiao.cosmo.com.br>. Acesso em 23/09/2005.

CÂNDIDO, L.A. **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

CANO, W. ;BRANDÃO, C.A. **A Região Metropolitana de Campinas : urbanização, economia, finanças e meio ambiente**.Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2002. v.1

CANO, W. ;BRANDÃO, C.A . **A Região Metropolitana de Campinas : urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2002. v.2

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHALITA,G. **O papel do professor**. Disponível em: [http://www2.catho.com.br/jcs/inputer\\_view.phtml](http://www2.catho.com.br/jcs/inputer_view.phtml) Acesso em 21/01/06.Entrevista.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva.São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**. No. 24 – Setembro - Dezembro,2003.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia?** .São Paulo: Brasiliense, 2002.

CMMAD . Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro. Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COELHO, F.**O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

**Congresso Internacional de Geografia e Planejamento Turístico**.Anais do Congresso. São Paulo: USP, 1995.

COOPER, C. SHEPHERD,R.WESTLAKE,J. **Educando os educadores em Turismo**.São Paulo: Roca, 2001.

CORIOLANO, L.N.(org) **Turismo com ética**.Fortaleza,CE: UECE, 1998.

CUNHA, L.A. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1986.

DENCKER, A. M.F. **Pesquisa e Interdisciplinaridade no Ensino Superior: uma experiência no Curso de Turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DE LAS HERAS, M.P. **Manual del turismo sostenible: como conseguir un Turismo social, económico y ambientalmente responsable**. Madrid, Espanha: Ediciones Mundi-Prensa, 2004.

- DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- EL-KHATIB, A. **Regionalização do turismo, circuitos, núcleos ou roteiros**. Campinas, SP: Jornal Correio Popular- seção opinião, 2002.
- EMBRATUR. **Dados e fatos**. Disponível em :<http://www.embratur.gov.br> Acesso em 22/01/06.
- EMPLASA. **Informações sobre a Região Metropolitana de Campinas**. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2006.
- FERREIRA, A. B.H. **Dicionário Aurélio – básico da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira – Folha de S.Paulo, 1995.
- FERRETTI, E. **Turismo e Meio Ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.
- GASTAL, S; MOESCH, M. **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.
- GODFREY, K.; CLARKE, J. **The tourism development handbook**. Londres, Reino Unido: Cassell, 2000.
- HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development: who owns paradise?**. Washington, DC, EUA: Island Press, 1999.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notícias do Censo da Educação Superior**. Disponível em : [http://www.inep.gov.br/imprensa/centro/superiornews04\\_05\)imp.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/centro/superiornews04_05)imp.htm) . Acesso em : 28/05/2005.
- INSTITUTO PAULO FREIRE. **Relatos sobre a Carta de Bologna**. Lisboa, Portugal: Instituto Paulo Freire, 2000.
- KANNI, F. 2002. **Turismo sustentável – contribuições para um desenvolvimento socioambiental**. São Paulo : ECA – USP.(Dissertação de Mestrado)
- KRAEMER, M.E. **Turismo ecológico e a sustentabilidade**. Disponível em <http://www.gestiopolis.com/canales/turismoecologico.htm>. Acesso em 28/10/2005.
- LOVELOCK, J. **The revenge of Gaia**. London, Reino Unido :Penguin Books, 2006.
- LUCHIARI, M.T.D.P. **Turismo e meio ambiente**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1998.
- MAGALHÃES. C.F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.



MASETTO, M. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MASTNY, L. Redirecionando o Turismo Internacional. In: FLAVIN, CHRISTOPHER. **O Estado do Mundo 2002. Especial Rio+10**. Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica/UNESCO, 5:117- 146, 2002.

MATEUS, C. et al. **Educação ambiental para o turismo sustentável**. São Carlos, SP: Rima, 2005.

MATIAS, M. **Turismo : formação e profissionalização** . Barueri, SP: Manole, 2002.

MAYOR, F. Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável. In : **Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o Século XXI**. Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior . Paris: 1998.

MEC. Ministério da Educação. **Informativo MEC – Edição Extra: Reforma da Educação Superior**. Brasília, DF. MEC, 2005.

MEC. **Diretrizes curriculares do curso de turismo**. Secretaria de Ensino Superior (SESU). Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu>. Acesso em 25/01/2006.

MEDLIK, S. **Dictionary of travel, tourism and hospitality**. Oxford, Reino Unido: Butterworth-Heinemann, 1996.

MENDONÇA, R. ; ZYSMAN, N. (org.) **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MOLINA, S. **Turismo e Ecologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MOURA, L. A. A. **Economia ambiental. gestão de custos e investimentos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

NASCIMENTO, R.C. 2002. **Visão estrutural da evolução dos Cursos Superiores de turismo: a realidade atual**. São Paulo: ECA – USP.

OMT. **Declaração de Manila para o Turismo Mundial**. Manila, Filipinas : Organização Mundial do Turismo, 1980.

OMT. **Agenda 21 para a Indústria do Turismo para o Desenvolvimento Sustentável**. Madrid, Espanha : Organização Mundial do Turismo, 1996.

OMT. **Carta de Quebec**. Madrid, Espanha: Organização Mundial do Turismo, 2002.

OMT. **Compromisso de Joanesburgo por um Desenvolvimento Sustentável**. Joanesburgo, África do Sul: Organização Mundial do Turismo, 2002.

OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Organização Mundial do Turismo.** Porto Alegre, RS: Bookman, 2003.

ONU. **Organização das Nações Unidas.** Disponível em <http://www.onu.org>. Acesso em 21/12/05.

ONU. **UN Decade of Education for sustainable Development.** New York, Estados Unidos da América:Organização das Nações Unidas,2005.

ONU. **A Sustainable Future for the Mediterranean.** Londres, Reino Unido : Organização das Nações Unidas, 2006.

PHILIPPI Jr, A. ;MALHEIROS, T.F. Saúde ambiental e desenvolvimento. In: PHILIPPI Jr, A. ;PELICIONI,M.C.(orgs.) **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005.

PIMENTA,S.G.; ANASTASIOU, L. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002. v.1

QUEIROZ, K. T. **Desenvolvimento sustentável e ecoturismo: observações sobre o PROECOTUR no Estado do Acre.** Disponível em [:http://www.ufac.br](http://www.ufac.br). Acesso em 02/09/2002.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica.** Campinas: Papirus, 1996.

REJOWSKI, M. ; CARNEIRO, J. Formação e capacitação de recursos humanos em turismo: ações inovadoras e estratégias. In: REJOWSKI, M.;COSTA, B.K. **Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão.** São Paulo: Atlas, 2003.

RODRIGUES, A. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec,1999.

RODRIGUES, A. Geografia do turismo: novos desafios. In : TRIGO, L.G.G. (org.) **Turismo : como aprender, como ensinar.** Vol.1.São Paulo: Senac, 2001

RUSCHMANN, D.V. M. **Turismo e planejamento sustentável : a proteção do meio ambiente.** Campinas,SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Turismo Visão e Ação.** Revista Científica do Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, SC: ano 2, n.5, p.81-90, 2000.

RUSSO, C.R. **Turismo, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental**. Disponível em :<http://paginasterra.com.br/educacao/turismo.html>. Acesso em 16/01/2006.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro : Garamond, 2000.

SAMPAIO, H. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.

SANTOS, A. S. **Biodiversidade: definição e importância**. Disponível em <http://www.ultimaarcadenoe.com.br>. Acesso em 06/09/2002.

SANTOS, R.F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SEABRA, G. **Ecos do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SEADE. **Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo**. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 01/07/2006.

SHIGUNOV NETO, A. MACIEL, L.(org) **Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

SMA . Secretaria do Meio Ambiente – Estado de São Paulo. **Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2006.

SOUZA, P.N. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior**. São Paulo : Pioneira/Thomson Learning, 1991.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph ,2000. v.1

SWARBROOKE, J . **Turismo sustentável: Turismo cultural, ecoturismo e ética**. São Paulo: Aleph ,2000. v.5

SWARBROOKE, J . **Relato da palestra de John Swarbrooke**. São Paulo: Unip, 2004.

TAVARES, J. **Turismo predatório/ecoturismo**. Disponível em : <http://www.planetavivo.org.br>. Acesso em 07/09/05.

TEIXEIRA, A.S. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro, RJ : Editora UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, A. **Turismo sustentável: mito ou realidade?** Disponível em: <http://www.ecolatina.com.br>. Acesso em 01/09/2002.

TEODORO, A. ;VASCONCELOS,M. (org.) **Ensinar e aprender no ensino superior : por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária.** São Paulo: Mackenzie:Cotez, 2003.

TRIGO, L.G.G. A importância da educação para o turismo. In : LAGE, B.H.G.;MILONE, P.C. **Turismo: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 1999.

UNESCO. **Teaching and Learning for Sustainable Future.** Disponível em: [http:// www.unesco.org/education/tlsf](http://www.unesco.org/education/tlsf). Acesso em 02/09/2005.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável : 2005 – 2014 – documento final.** Brasília, DF : Unesco, 2005.

VERDINELLI. M. E. P. A problemática da mudança global no Turismo. **Turismo Visão e Ação.** Revista Científica do Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, SC: ano 4, n.10, p.9-26, 2002.

YASOSHIMA, J.R. Antecedentes das viagens e do Turismo. In:REJOWSKI, M. (org.) **Turismo no percurso do tempo.**São Paulo: Aleph,2002